



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ADAUTO DE GALIZA DANTAS FILHO

A GEOGRAFIA POLÍTICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PIAUIENSE (1998-2014)

TERESINA - PIAUÍ

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ADAUTO DE GALIZA DANTAS FILHO

A GEOGRAFIA POLÍTICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PIAUIENSE (1998-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

TERESINA - PIAUÍ

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras

Serviço de Processamento Técnico

D192g Dantas Filho, Adauto de Galiza.

A geografia política da Assembleia Legislativa Piauiense
(1998-2014) / Adauto de Galiza Dantas Filho. – 2018.

96 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– Universidade
Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro.

ADAUTO DE GALIZA DANTAS FILHO

**A GEOGRAFIA POLÍTICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PIAUIENSE (1998-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Ciência Política.

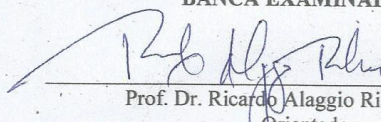
Área de Concentração: Estado, Instituições Políticas e
Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Estado, desenvolvimento Econômico
e Social.

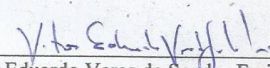
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Aprovado em 03 de maio de 2018.

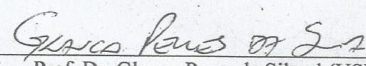
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sanches Freitas (UFPI)
Examinador Interno



Prof. Dr. Glauco Peres da Silva (USP)
Examinador Externo à Instituição

AGRADECIMENTOS

A escrita de um trabalho de dissertação sempre é feita com a ajuda e o acompanhamento de pessoas indispensáveis. Apesar de não marcar o fim de um ciclo para quem pretende continuar na vida acadêmica, e me incluo entre estes, há sempre uma sensação nostálgica que permeia este momento. Agradeço diante não todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Alaggio por ainda na graduação anos atrás ter me incentivado a continuar na vida acadêmica e pelos conselhos valiosos no decurso do mestrado.

Aos meus pais pela dedicação integral e apoio durante toda a vida.

Aos professores da coordenação do mestrado e em especial ao Prof. Dr. Vitor Sandes pelas conversas informais sobre este trabalho, sobre os conselhos na vida acadêmica e principalmente pelas aulas em sala que muito me ensinaram e me inspiraram como cientista político.

Agradeço imensamente também à Isadora de Montalvão por ter dividido as dores, reclamações, desânimos, mas também as alegrias desde o processo de seleção até a defesa deste trabalho, sempre me aconselhando e incentivando com palavras ternas e com um carinho imensurável. Muito obrigado!

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo, pelas conversas de corredor e pelo conhecimento compartilhado ao longo do tempo. São eles Diarlison, Zelma, Edson, Flávia, Márcia, Jennyfer e também aos colegas da turma 2017-2019 com os quais dividi momentos alegres.

Agradeço a CAPES por ter proporcionado os recursos necessários à dedicação exclusiva do meu mestrado.

A todos que não lembrei peço perdão, porém sou extremamente grato.

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar os padrões de votação dos deputados estaduais piauienses eleitos nas cinco últimas disputas eleitorais. Levando em consideração trabalhos mais recentes sobre a geografia do voto, partimos do pressuposto de que configurações mais dispersas e políticos de perfil mais dominante são recorrentes na realidade do estado. Para tanto, os deputados estaduais são classificados de acordo com a taxonomia de votação que mescla a distribuição espacial dos votos com a dominância. Esta classificação leva o índice de Laakso-Taagepera (índice N) como base de cálculo para a concentração e dispersão dos votos no território, enquanto que admitimos a operacionalização da dominância pelo índice D. Definidos os padrões de votação, buscamos averiguar se as hipóteses sobre a trajetória política do deputado e seu posicionamento ideológico (através do seu partido de filiação) guardam as relações esperadas de acordo com a literatura. Os resultados mostram que no período observado o padrão *disperso-dominante* é a principal configuração dos deputados, no entanto, a geografia eleitoral piauiense cria fortes incentivos para outro tipo de padrão: o *disperso-compartilhado*. Os dados também indicam que há forte associação entre a trajetória política do deputado com seu padrão de votação, enquanto que o mesmo não pode ser dito da relação esperada entre a posição ideológica do deputado e sua configuração eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia do Voto; Padrões de Votação; Trajetória Política; Posicionamento Ideológico; Assembleia Legislativa do Piauí.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate the voting patterns of Piauí state deputies elected in the last five electoral disputes. Taking into account more recent work on the geography of voting, we start from the assumption that more dispersed and political configurations of more dominant profile are recurrent in the reality of the state. To that end, state deputies are classified according to the voting taxonomy that merges the spatial distribution of votes with dominance. This classification leads to the Laakso-Taagepera index (N index) as the basis of calculation for the concentration and dispersion of votes in the territory, while we allow the operationalization of the dominance by the index D. Once the voting patterns have been defined, we seek to ascertain if the hypotheses about the deputy's political trajectory and his ideological position (through his party of affiliation) keep the relations expected according to the literature. The results show that in the observed period the dispersed-dominant pattern is the main configuration of the deputies, however, the Piauí electoral geography creates strong incentives for another type of pattern: the dispersed-shared. The results show that in the observed period the dispersed-dominant pattern is the main configuration of the deputies, however, the Piauí electoral geography creates strong incentives for another type of pattern: the dispersed-shared.

KEYWORDS: Geography of the Vote; Voting Patterns; Political Trajectory; Ideological Positioning; Legislative Assembly of Piauí.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de deputados em faixas concentradas e dispersas por pleito (1998-2014).....	46
Gráfico 2: Quantidade de deputados por faixas de concentração e dispersão agregadas (1998-2014).....	47
Gráfico 3: Amplitude do índice de dominância (D) por pleito	52
Gráfico 4: Distribuição percentual das faixas de dominância por eleição (1998-2014)	52
Gráfico 5: Número de deputados dominantes e compartilhados por pleito (1998-2014)	53
Gráfico 6: Percentual de deputados por padrão de votação.....	56
Gráfico 7: Evolução dos padrões de votação entre as eleições 1998-2014.....	57
Gráfico 8: Porcentagem dos padrões de votação para deputados de carreira.....	65
Gráfico 9: Quantidade de partidos por posição ideológica na ALEPI (1998-2014)	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Padrão de votação e trajetória política do deputado	60
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Padrões espaciais de votação segundo as dimensões	32
Tabela 2: Amplitude do Índice (N) por eleição.....	45
Tabela 3: Municípios que apresentaram pelo menos uma votação do tipo concentrada.....	47
Tabela 4: Quantidade de deputados e percentual de votos recebidos no município de melhor desempenho	49
Tabela 5: Candidatos por vaga nas eleições legislativas (2010 e 2014).....	50
Tabela 6: Comparação entre deputados estaduais e federais por faixa de votação	50
Tabela 7: Quantidade de deputados estaduais dominantes e compartilhados em relação à disjuntiva Capital x Interior.....	55
Tabela 8: Comparação percentual entre deputados estaduais e federais dominantes ou compartilhados (1998, 2002 e 2006)	55
Tabela 9: Frequência de observação dos padrões de votação em faixas desagregadas.....	58
Tabela 10: Comparação percentual entre deputados estaduais e federais por perfil de votação (1998, 2002 e 2006).....	59
Tabela 11: Deputados estaduais de carreira e eleições vencidas.....	64
Tabela 12: Evolução das tipologias de votação dos deputados carreiristas	66
Tabela 13: Trajetória Política Esperada x Perfil de Votação	68
Tabela 14: Frequência de alteração nos vetores horizontal e vertical	71
Tabela 15: Município de concentração dos deputados concentrado-compartilhado.....	73
Tabela 16: Principais características de deputados disperso-dominante e disperso-compartilhado	74
Tabela 17: Características observadas dos deputados com votação concentrada-dominante	75
Tabela 18: Espectro ideológico dos partidos e padrões de votação dos deputados.....	80
Tabela 19: Lista dos deputados eleitos e partidos de filiação por eleição.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: A PERSPECTIVA TEÓRICA DA GEOGRAFIA DO VOTO.....	14
1.1. Conceituando categorias fundamentais: competição, estratégia e geografia do voto	14
1.2. O neoinstitucionalismo como background teórico	20
1.3. O sistema eleitoral e o impacto no sistema político	23
1.4. Aspectos teóricos do sistema de lista aberta no Brasil	25
1.5. Estudos inaugurais sobre geografia do voto no Brasil.....	26
1.6 Estudos recentes: uma inflexão teórico-metodológica em Ames e Carvalho. 29	
1.7 Breves apontamentos sobre estudos de caso recentes	36
CAPÍTULO II: A GEOGRAFIA DO VOTO NA ASSEMBLEIA PIAUIENSE	39
2.1. Operacionalização, tratamento e algumas ponderações sobre a base de dados.....	39
2.2. A natureza da pesquisa.....	40
2.3. Breve histórico metodológico na agenda de pesquisa.....	41
2.4. Metodologia.....	41
2.5 A distribuição espacial: votos concentrados ou dispersos?	44
2.6. O vetor vertical: a força política dos deputados estaduais.....	51
2.7. Os padrões de votação na Assembleia Legislativa do Piauí.....	56
CAPÍTULO III: PADRÕES DE VOTAÇÃO, TRAJETÓRIA POLÍTICA E PARTIDOS	60
3.1. Características gerais dos padrões de votação e a trajetória política	60
3.2. Os deputados de carreira na ALEPI.....	63
3.3. Principais características associadas aos padrões de votação	72
3.4 Partidos e o padrão de votação	76
3.4.1 Considerações de ordem metodológica.....	76
3.4.2. O espectro ideológico.....	77
3.4.3. A geografia do voto na ALEPI e os partidos políticos: achados da pesquisa	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE	90

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é explorar a geografia do voto na Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), buscando identificar padrões de votação dos deputados estaduais ao longo das últimas duas décadas, ou seja, tomando como tempo de investigação as eleições estaduais de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

A agenda de pesquisa sobre a geografia do voto no Brasil foi inaugurada pelo trabalho de David Fleischer que recebeu desde então inúmeras contribuições de cunho teórico e metodológico. Para além do debate culturalista sobre as possíveis conexões entre o político e seu eleitorado, a geografia do voto permite tomar como base de análise a unidade territorial, possibilitando a investigação de potenciais associações entre o voto e a base política dos candidatos. É neste sentido que a geografia do voto pode contribuir para expandir o conhecimento sobre os sistemas eleitorais, as instituições e o comportamento dos agentes políticos envolvidos.

A distribuição espacial do voto é frequentemente entendida como a concentração ou a dispersão dos votos em torno de um determinado número de municípios. Como será explicado, a literatura¹ busca atribuir algum sentido político para representantes que galgam votações mais ou menos dispersas. Grande parte das pesquisas da década de 1980 e 1990 buscaram relacionar candidatos classificados como concentrados em candidatos “distritáveis”, articuladores de políticas clientelísticas ou ainda em candidatos de “redutos”. Por outro lado, candidatos com apoio mais disperso pelo estado seriam classificados como “ideológicos” ou “universalistas”, promotores de políticas públicas de caráter mais ubíquo. No entanto, a pesquisa seminal de Ames (2003) rompe drasticamente com esse diagnóstico quando o autor insere o conceito de dominância na geografia do voto. No seu entendimento, é esta nova variável a responsável por melhor caracterizar o comportamento e o modo operacional dos deputados. No mesmo sentido opera o trabalho de Carvalho (2003), este ainda apresentando requalificações aos novos diagnósticos de Ames. Esta pesquisa filia-se, portanto, aos preceitos teóricos e metodológicos destes autores.

Neste sentido, buscamos focar no caso da Assembleia Legislativa Piauiense como um ponto de partida das investigações sobre a realidade política dos deputados estaduais, pouco contemplada na agenda de pesquisa sobre a geografia do voto. Partindo do pressuposto

¹ Discussão apresentada na sessão 1.5 e 1.6 do capítulo I.

de que a competição por uma vaga na Assembleia e na Câmara é diferente em magnitude, e de que deputados estaduais obtêm bem menos recursos em comparação aos deputados federais, pretendemos preencher a lacuna investigativa sobre estes agentes.

Assim sendo, partimos da seguinte pergunta: *Qual o padrão de votação dos deputados estaduais eleitos no Piauí entre os pleitos 1998 e 2014?* Elaboramos também, além desta pergunta de partida, outras perguntas secundárias que visam dar suporte empírico para a natureza descritiva deste trabalho, portanto, indaga-se: *A trajetória política dos deputados estaduais piauienses vincula-se com as características esperadas dos padrões de votação observados? A posição ideológica dos partidos dos deputados mantém alguma relação com o perfil de sua votação? Há diferenças significativas entre a realidade eleitoral dos candidatos a deputado estadual e federal?*

Para tais perguntas são desenhadas algumas hipóteses explicativas extraídas da literatura especializada sobre o tema. Portanto, levando em consideração os trabalhos canônicos dos autores supracitados é esperado que *o principal padrão de votação dos deputados estaduais seja o disperso-dominante*. Todavia, o objetivo desta pesquisa é averiguar todos os deputados estaduais eleitos no período selecionado, criando um panorama investigativo mais abrangente para a ALEPI.

Ainda de acordo com a literatura é esperado que *exista forte associação entre a trajetória política do deputado e seu padrão de votação observado*. Por questões de ordem metodológica esta pesquisa parte da hipótese ideológico-partidária de maneira divergente daquela proposta pelo cânone, onde tais premissas são²: *candidatos de partidos tradicionais (direita e centro-direita) tendem a apresentar perfil concentrado-dominante ou disperso-dominante. Já os candidatos oriundos de partidos ideológicos (esquerda e centro esquerda) concentram e compartilham seus municípios, enquanto que os demais candidatos do centro tendem a dispersar e compartilhar votos*.

Por fim, levando em conta os resultados da geografia eleitoral para deputados federais piauienses disponíveis no trabalho de Neves (2010), propomos uma comparação com o intuito de antever possíveis diferenças e similitudes entre os cargos. Porém, mesmo considerando que a literatura objeta que a disputa eleitoral entre as casas é diferente em magnitude competitiva, *partirmos do pressuposto que de não há distinções relevantes na geografia do voto dos deputados, já que ambos os cargos são regidos pelas mesmas regras eleitorais*.

² Ver a última sessão do capítulo III.

A forma de mensurar a distribuição espacial dos votos e a dominância dos deputados sofreu diversas alterações ao longo do tempo dentro da agenda de pesquisa³. No entanto, esta pesquisa se filia com as proposições presentes em Carvalho (2003). Isto significa que para calcular a concentração/dispersão dos votos tomamos o índice de fragmentação de Rae invertido (ou índice N) a partir da votação nominal do deputado nos municípios que o concederam votos⁴. Diferente daquele autor que considerou apenas os quinze principais municípios de votação do deputado, esta pesquisa leva em conta todos os municípios que destinaram pelo menos um voto ao deputado em questão.

Destarte, o resultado do índice N gera variável contínua e adotamos as faixas comparativas de Carvalho (2003) para determinar graus de votação mais dispersos ou mais concentrados em alguns dos municípios. Para o vetor de dominância recorreremos a este autor que operacionaliza o conceito de dominância inaugurado na pesquisa de Ames.

É também Ames (2003) que elabora as tradicionais tipologias de votação ao conjugar a distribuição espacial dos votos com o vetor de dominância. Replicamos este mesmo esforço nesta pesquisa para os deputados estaduais do Piauí. Separamos também uma parte do estudo para explorar os deputados que construíram carreiras dentro da ALEPI onde é possível observar a evolução destas tipologias na Assembleia. De posse de tais configurações lançamos mão das hipóteses supracitadas no intuito de confirmar ou rejeitar as associações esperadas.

Este trabalho divide-se, além desta introdução, em três capítulos. No primeiro mapeamos alguns conceitos chaves e as principais discussões teóricas que tangem a geografia do voto. Alguns aspectos do neoinstitucionalismo influenciaram os principais trabalhos sobre o tema, bem como as discussões sobre os impactos do sistema eleitoral no sistema político como um todo. Buscamos mostrar tanto a literatura canônica como os principais debates acerca do Brasil. O capítulo encerra com a revisão bibliográfica sobre os principais trabalhos pioneiros bem como as investigações mais recentes acerca da geografia do voto, salientando as principais mudanças de ordem teórica e metodológica dentro da agenda de pesquisa.

O segundo capítulo parte para a investigação empírica e foca nos resultados sobre a distribuição espacial dos votos e a dominância observada nos deputados estaduais piauienses. A primeira parte do capítulo esmiúça as proposições metodológicas utilizadas nesta pesquisa e as demais partes apresentam os resultados encontrados; no primeiro momento analisando individualmente o vetor vertical de votação (a concentração ou dispersão

³ Ver sessão 2.3 do capítulo II.

⁴ A sessão 2.4 discute os pormenores metodológicos utilizados nesta pesquisa.

dos votos), e no segundo momento a dominância dos deputados, encerrando o capítulo com uma análise descritiva dos padrões conjugados de votação.

O capítulo final investiga a relação e as associações entre a trajetória política do deputado com seu perfil de votação além da relação de sua postura ideológica (através do seu partido de filiação) com seu padrão de votação. Ao final do trabalho resumimos os principais achados da pesquisa bem como as considerações finais necessárias.

CAPÍTULO I

A PERSPECTIVA TEÓRICA DA GEOGRAFIA DO VOTO

1.1. Conceituando categorias fundamentais: competição, estratégia e geografia do voto

As investigações sobre a dispersão de votos pelo espaço territorial por muitas vezes é associada com a malha de opções que candidatos políticos dispõem como formas deliberadas de estratégia eleitoral e posicionamento competitivo ante aos seus pares. Neste sentido, o que de fato significa competição política, estratégia eleitoral e votação concentrada/dispersa ou dominante? Alguns esclarecimentos conceituais são necessários, pois a literatura aponta que estas categorias remetem a significados distintos, ainda que interligados. Esta sessão trata de forma sucinta estas diferenças conceituais.

Tomando como base o trabalho de Bartolini (1999), um conceito amplo de interação competitiva pode ser descrito de tal maneira:

[...] baseado no princípio individualista e, como tal, não requerendo subordinação formal de tal princípio a metas abrangentes (...); baseado na interação entre atores que visam o mesmo objetivo e podem definir seus interesses como independentes uns dos outros, evitando recorrer ao uso direto da força e da ameaça; colocando o prêmio continuamente e repetidamente em risco e, finalmente, caracterizado por efeitos não intencionais benéficos para terceiros (BARTOLINI, 1999, p. 443, **tradução nossa**).

A noção de competição na política chegou somente depois de alcançar as outras áreas da interação social. Como objetiva o autor, este é um dos fatores explicativos da confusão conceitual que envolve democracia e competição política, pois se tratam de categorias complementares ao invés de equivalentes. Decerto, tanto a competição política como o arranjo democrático necessitam de um conjunto de regras e normas para funcionar, sendo esse arcabouço normativo-legal estabelecido por certo consenso entre os indivíduos. No entanto, a linha que separa os conceitos reside neste próprio consenso: o pluralismo é condição necessária tanto para a competição como para a democracia.

Como tal estrutura normativa-legal é resultante de um contrato entre as partes, ela não é fruto direto da competição entre os indivíduos e grupos. Segundo o autor, a competição é uma das características do arranjo democrático juntamente com os princípios de liberdades individuais, inclusividade (sufrágio eleitoral) e lisura procedimental, aproximando-se da definição democrática de Schumpeter (1961). Portanto, a competição não é a causa da democracia, e sim uma das condições de existência das eleições democráticas.

No entanto, a noção semântica de competição exigida por um regime democrático é muito menor que o amplo conceito de competitividade: para uma eleição ser democrática deve haver a possibilidade de contestação. Em linhas gerais a contestação é a inexistência de barreiras para a oferta de candidaturas e a formação de partidos políticos de oposição, ideia próxima dos postulados poliárquicos de Dahl (1997). A confusão inicial entre democracia e competição política é assim esclarecida quando adotado a noção de competição como contestação. Logicamente isto implica que competição e contestação são também categorias semânticas diferentes. Bartolini (1997) explica que a contestação é um dos aspectos da competição, assim como esta última é um aspecto da democracia⁵.

Estas distinções estão profundamente correlacionadas com a própria teoria democrática. Quando Schumpeter (1961) argumenta que a finalidade do processo democrático é a escolha de um governo, sua preocupação central é em institucionalizar a infinita disputa pelo poder, evitando regimes autoritários através de eleições livres, limpas e universais. A consequência não intencional de tornar os eleitores a instância final das eleições é a escolha pacífica de um governo, sendo esta escolha altamente dependente da possibilidade de haver contestação eleitoral. Por sua vez, Downs (1999) objeta que a consequência não intencional do momento eleitoral é criar responsividade por parte dos políticos e partidos. Aqueles que desejam o poder devem procurar identificar que tipo de política é preferível entre os eleitores e levá-las em consideração durante o mandato. Assim sendo, o papel que a competição (como contestação) desempenha no primeiro modelo é evitar regimes autoritários pela *accountability* eleitoral, e no segundo modelo é ampliar a responsividade do governo com seus eleitores (BARTOLINI, 1999).

Caramani (2003) demonstra que durante a maior parte do século XIX na Europa Ocidental prevaleceram eleições com baixo nível de contestação eleitoral. Aquele século foi palco de uma lenta transição de regimes absolutistas para o parlamentarismo moderno, gerando importantes consequências para a competição eleitoral. Segundo o autor, durante boa parte deste período a disputa eleitoral foi marcada pela forte dominância de elites locais que conseguiam evitar e levantar barreiras à oposição política. As restrições de direito ao voto e as eleições indiretas foram fatores que dificultaram a possibilidade de contestação frente ao poder local.

Neste sentido, esta lenta transformação para o regime democrático ajudou prolongar o *status quo* político das localidades na medida em que tais condições não

⁵ Para o autor, além da *contestability*, outras três dimensões compõem a competição: *availability*, *decidability* e *vulnerability*. No entanto, a dimensão da *contestability* é suficiente para os propósitos deste trabalho.

favoreceram a abertura do mercado político. As eleições majoritárias eram extremamente difundidas assim como os distritos uninominais naquele século. Esta combinação, que demanda alto capital político para o sucesso eleitoral, desencorajava a competição naquelas áreas já controladas por algum “notável local” (CARAMANI, 2003).

Influenciado por Bartolini (1999), o autor também apresenta uma definição de competição baseada na contestação, argumentando que “competição é uma questão de contestação: há competição quando existem pelo menos dois candidatos para um assento.” (CARAMANI, 2003, p. 413, tradução nossa).

O autor argumenta que quanto maior o número de distritos contestáveis maior é o grau de competição política nacional. Assim sendo, a competição entendida como contestação apresenta duas faces de uma mesma moeda: a existência ou não de mercados políticos abertos e o grau em que as eleições são realmente contestadas.

As condições em que a contestação aumenta ou diminui tem relação na forma como os partidos se espalham no território. Isto significa que tais partidos devem difundir-se para desafiar distritos dominados por outro partido ou político local. Parte do sucesso partidário em aumentar a competição política no fim do século XIX deveu-se pela transformação das clivagens territoriais em clivagens ideológicas levadas a cabo pelas organizações partidárias (CARAMANI, 2003).

Ainda segundo o autor, distritos considerados contestáveis serão pouco competitivos se um partido ou político vence a disputa eleitoral por um amplo período de tempo. Uma situação competitiva emerge quando os partidos detêm um equilibrado apoio eleitoral e quando possuem iguais chances de vencer a eleição. A principal conclusão do autor é que as clivagens religiosas e as clivagens esquerda-direita passaram a ser as principais dimensões da competição na virada do século XX, criando um “espaço ideológico” onde os partidos buscam maximizar seus votos. Neste contexto, os clássicos redutos eleitorais foram sendo gradualmente desconstruídos para dar margem a uma nova ordem competitiva.

Carvalho (2003) propõe uma métrica de verificar o nível de competitividade para o caso brasileiro: o número efetivo de candidatos em disputa no município. Ou seja, qual a parcela dos votos do eleitorado é destinada aos candidatos mais bem votados? Neste sentido é possível medir graus de maior ou menor competição territorial a partir do ponto em que maior ou menor parcela dos votos é destinada aos candidatos mais bem votados. Os achados do autor indicam baixa competição nacional, onde poucos candidatos realmente importam no

resultado eleitoral, sendo tais condições competitivas determinadas no momento pré-eleitoral⁶.

Silva (2013) faz algumas considerações pertinentes e requalifica o diagnóstico de Carvalho (2013). Em primeiro lugar pontua as principais dimensões da competição política: a partidária, em sua dimensão interna, e a regional como dimensão externa. Dadas as regras e condições eleitorais, a competição aumenta nas duas dimensões quando o ambiente político é permissivo ao possibilitar maior disputa entre correligionários ou entre os candidatos ao longo de todo o distrito. Neste sentido a disputa é resultado da interação entre todos os indivíduos em disputa, tornando a competição uma característica essencialmente do território e não dos indivíduos em si.

Outro ponto importante é que a própria competição em sua dimensão territorial se desdobra em duas outras variáveis: a dispersão espacial dos votos (a geografia do voto) e a conexão eleitoral⁷ entre representantes e representados. A primeira variável diz respeito aos padrões concentrados ou dispersos da votação nominal do candidato e a segunda é tradicionalmente interpretada como execução de emendas parlamentares destinadas aos redutos eleitorais do representante (SILVA, 2013).

Filando-se ao conceito de competição de Caramani (2003), o autor apresenta nova métrica e encontra resultado significativamente distinto daquele visto em Carvalho (2003): no Brasil o nível de competitividade política é alto e aumentou sistematicamente no período em questão.

A discussão até aqui leva a conclusão de que existem momentos eleitorais distintos: há o momento anterior, o intervalo durante e pós-eleição. As características competitivas de um distrito ou país remetem ao intervalo anterior da eleição, ou seja, as condições institucionais que regem tanto o regime de governo como o sistema eleitoral. São as características *ex-ante* da política, aquelas que no limite conceitual diferenciam regimes democráticos de regimes não democráticos.

Notadamente isto significa que as condições que aumentam ou diminuem a competição estão ligadas com variáveis institucionais anteriores ao momento eleitoral. É possível argumentar, portanto, que competição política e estratégias eleitorais são variáveis distintas. Somente após conhecer seu ambiente competitivo, as regras eleitorais e as

⁶ Esta baixa competição seria traduzida em uma distritalização informal dos municípios. No entanto, ao rodar os testes estatísticos, o autor argumenta que há muito mais uma “oligarquização” da política do que uma distritalização informal em curso.

⁷ Conceito discutido no tópico 1.3.

características do espaço territorial que está em disputa é que os concorrentes lançam mão de estratégias mais ou menos definidas para alcançar a vitória.

Um exemplo desta natureza é a definição da carreira política, isto é, a decisão sobre qual cargo disputar uma vaga. A literatura especializada⁸ nesta área buscou identificar quais variáveis são significativas em determinar como um candidato escolhe o cargo pretendido, levando em consideração que esta escolha é um importante meio de sobrevivência na política.

Leoni, Pereira e Rennó (2003) analisam os deputados federais brasileiros e argumentam que os candidatos geralmente escolhem entre quatro opções de carreira: sair do jogo político (se aposentar), concorrer à reeleição (ambiçãõ estática), concorrer a um cargo inferior (ambiçãõ regressiva) ou concorrer a um cargo superior (ambiçãõ progressiva). Ao levar em consideração a posição institucional do cargo, as características da carreira e a vulnerabilidade eleitoral como variáveis explicativas, os autores concluem que escolher um determinado cargo é uma decisão puramente estratégia, pois os candidatos levam mais em consideração sua força política individual e o ambiente eleitoral em disputa ao invés da “natureza” ambiciosa de cada candidato.

Mancuso *et al* (2013) expandem as variáveis analisadas como determinantes dos padrões de carreira política e inserem a geografia do voto como fator determinante no padrão de carreira. Os autores levantam a hipótese de que o perfil eleitoral do candidato, ou seja, sua votação, sua concentração/dispersão e sua dominância eleitoral, tem relação positiva com as ambições estáticas e progressivas. Os resultados da pesquisa mostram que aqueles candidatos que tem êxito em construir bases eleitorais bem definidas e possuem bom rendimento nas eleições estão mais aptos a sobreviver politicamente. Assim sendo, esta constatação torna-se um nexõ aparente entre estratégia eleitoral e geografia do voto.

Outra forma de definir estratégia política é observar a natureza da ação parlamentar: atuação local próxima ao executivo municipal/estadual ou atuação nacional próxima ao executivo federal (PEREIRA e RENNÓ, 2007). Em linhas gerais a atuação local é marcada pela busca de *pork*⁹ dentro do parlamento em constante tentativa de premiar a base eleitoral do candidato, ao passo que a atuação nacional é rotulada pela identificação partidária, a proximidade com o executivo e a participação dentro da arena legislativa. Tendo como objetivo identificar quais destas características melhor aumentam as chances de reeleição (ambiçãõ estática), os autores objetam que o ambiente político da eleição Presidencial é fator

⁸ Leoni, Pereira e Rennó (2003), Pereira e Rennó (2007), Mancuso *et al* (2013).

⁹ *Pork-barrel*: Termo para designar políticas de custos compartilhados e benefícios restritos.

chave nas decisões estratégicas dos candidatos a deputado. Os resultados dos testes apontaram que a atuação próxima ao executivo é fator determinante para a ambição estática, desde quando o presidente em exercício possa se reeleger.

Derivado deste tipo de estratégia é possível observar a natureza das propostas legislativas que os parlamentares apresentam. Lemos (2001), influenciada pelo pressuposto do institucionalismo e do modelo distributivista, parte da hipótese que a maioria das proposições de leis na Câmara dos Deputados tem caráter de beneficiar restritos grupos de indivíduos sob a forma de algum tipo de transferência da União para a sociedade¹⁰. Os achados empíricos refutam a tese: estrategicamente falando, os parlamentares tendem a aprovar medidas de caráter mais difuso, descentralizado e regulatório.

Nicolau (2006) apresenta uma pertinente distinção entre estratégias eleitorais e padrões de votação. O resultado de uma eleição é fundamentalmente imprevisível, pois depende do resultado agregado e não antecipado de cada candidato. Ao assumir que há uma relação direta entre a dispersão/concentração dos votos e a intenção de dispersar ou concentrar tais votos por parte dos candidatos, esquece-se que estes padrões são efeitos - e não causas - do resultado eleitoral. Assim sendo, os candidatos só conseguem identificar suas áreas de melhor desempenho com base no passado, e nunca com o futuro. Portanto, a dimensão retrospectiva é muito mais dominante que a visão prospectiva em termos de geografia do voto: o deputado tende a priorizar sua atuação naquelas áreas em que seu desempenho já é conhecido. Isto significa que os padrões de competição baseados na geografia do voto não são ações estratégicas que os competidores podem intencionalmente adotar.

De modo geral as possibilidades estratégicas são variadas. O ponto aqui levantado não tem como objetivo estender a discussão sobre como e quais estratégias são mais satisfatórias do ponto de vista individual dos candidatos. Porém, ressalta-se a noção de que o conceito de estratégia está diretamente ligado com as decisões as quais os políticos devem tomar constantemente, seja em relação a sua sobrevivência política ou em consonância com a natureza da própria atividade parlamentar.

Pontuado de breve maneira as distinções conceituais trazidas até aqui, objetamos que conceitos como competição e estratégia são semanticamente distintos, porém estão teoricamente correlacionados. Em certa dose o ambiente competitivo define a malha de constrangimentos e oportunidades as quais os candidatos definem suas estratégias de atuação

¹⁰ Amorim Neto e Santos (2003) fazem análise similar.

política. Também não é o objetivo comprovar se há ou não algum casuístico entre tais definições, no entanto, o resgate teórico aponta no sentido de certa relação.

Feitas tais clarificações conceituais, a meta proposta nesta sessão era posicionar a geografia do voto (e os padrões de votação) como uma categoria analítica distinta dos conceitos clássicos de competição e estratégia política. A discussão anterior indica que apesar da distinção conceitual, estes são termos correlatos que operam no mesmo ambiente teórico-metodológico. Logo, o objetivo geral deste trabalho é observar apenas a geografia do voto e levar em consideração suas variáveis e categorias analíticas próprias. O suporte teórico que fundamenta a geografia do voto é discutido nas sessões seguintes.

1.2. O neoinstitucionalismo como background teórico

Os principais estudos sobre geografia do voto visam identificar as possíveis formas de conexão entre políticos e seus eleitores. Além das clivagens políticas e sociais as quais os políticos se filiam tradicionalmente para estabelecer contato com suas bases eleitorais, eles também podem adequar seu comportamento em relação a sua votação espacial. Isto significa, em outras medidas, que ao conseguir votos em determinadas áreas o político tende a se reportar de maneira mais direta aos responsáveis por sua votação.

No entanto, Mainwaring (2001) descreve que nem sempre o eleitorado se identifica através das clivagens político-sociais, não percebendo sua importância em grande parte dos casos, sobretudo na história política brasileira. Neste contexto onde a representação política tradicional é pouco articulada, é comum esperar que a representação territorial ganhe bastante espaço. Assim sendo, isto significa que os parlamentares traçam sua trajetória política com base nos redutos geográficos, e não através de posicionamentos políticos.

O que está implícito é que a representação geográfica, e o trato particular dado os eleitores, implica que políticos possuem um objetivo claro: a eleição. Se o diagnóstico precedente de Mainwaring (2001) está correto, é prudente esperar que o candidato deva escolher a estratégia eleitoral mais racional que garanta seu objetivo, independente de suas posições ideológicas.

Dentro da abordagem do neoinstitucionalismo podemos encontrar as premissas sobre o comportamento parlamentar e eleitoral. Como pontua Ames (2003), filiar-se à tradição neoinstitucionalista significa admitir que as instituições detêm papel decisivo no comportamento político dos agentes, e no caso brasileiro, as principais instituições políticas são o sistema eleitoral, o executivo e o legislativo.

Neste sentido, as instituições são responsáveis por criar a malha de restrições e oportunidades que operam os agentes políticos através de regras, normas e procedimentos formais¹¹. Contudo, é bastante conhecido que a tradição institucionalista possui vários ramos de interpretação, a saber: a histórica, a da escolha racional e a sociológica¹². No entanto, como explica Ames (2003), a perspectiva da escolha racional é um melhor ponto de partida para entender como as instituições determinam o comportamento dos agentes envolvidos no processo político brasileiro¹³.

Dado posto, esta vertente institucionalista se vale dos pressupostos do individualismo metodológico, onde os fenômenos sociais e políticos são explicados a partir da ação dos indivíduos que racionalmente procuram maximizar suas posições em relação aos outros. Isto significa que as instituições criam apenas as oportunidades e as restrições onde tais indivíduos livremente poderão escolher suas estratégias, diferente do que pressupõe o institucionalismo histórico, onde as instituições são responsáveis por criar todo o contexto em que os atores políticos definem sua trajetória (AMES, 2003).

Ao expor seu modelo de democracia com ampla inspiração na escola neoclássica de economia, Downs (1997) deixa claro qual é o objetivo dos agentes: a maximização da utilidade. Partidos buscam ganhar as eleições, políticos a reeleição e os eleitores suas rendas pessoais. O critério da racionalidade é elevado ao seu extremo, e o mercado político passa a funcionar como o mercado econômico, altamente desagregado e atomizado¹⁴.

Por sua vez, Carvalho (2003) apresenta os modelos clássicos de estudos norte-americanos sobre o executivo e o legislativo. Elenca as vertentes distributivista, partidária e informacional. Estas vertentes buscam enfatizar quais variáveis melhor explicam o comportamento dos políticos dentro da arena parlamentar. O enfoque distributivista e partidário gerou intenso debate na literatura, tornando o aporte teórico quase sempre polarizado entre uma destas duas vertentes antagônicas.

Como descreve o autor, o modelo distributivista é bastante representativo do congresso norte americano. Esta matriz parte do pressuposto que o momento eleitoral é a

¹¹ Ames (2003) destaca que sua análise leva em consideração apenas as instituições formais como variável suficiente para explicar o processo político, desconsiderando, portanto, as instituições informais.

¹² Hall e Taylor (2003).

¹³ Muito embora o autor reconheça, ainda que em menor escala, que o institucionalismo histórico também seja variável explicativa para o caso brasileiro.

¹⁴ Se todos os agentes agem de forma atomística, como as decisões são tomadas no parlamento? Downs (1997) apresenta uma resposta simples, ou seja, as políticas públicas são definidas de acordo com o voto potencial marginal. Cox e McCubbins (1993) introduzem o *speaker*, que nada mais é além do partido majoritário que capta as principais posições do parlamento e possuem poder de veto. Figueiro e Limongi (1995) tentam argumentar que é errôneo transportar o caráter atomista da arena eleitoral para a arena parlamentar, onde as regras internas do congresso disciplinam os políticos.

peça-chave para explicar a conformação do Congresso e o comportamento parlamentar, ou em outras medidas, a produção legislativa é explicada pelo resultado eleitoral. O distributivismo entende que os partidos e as comissões do Congresso não são significativos para determinar como um político vota em plenário. Portanto, tem um enfoque analítico na figura do parlamentar, e não no partido.

Baseado num sistema majoritário distrital uninominal como o americano, o enfoque distributivista entende que as regras eleitorais criam oportunidades para os candidatos formarem redutos particulares controlados através de relações clientelísticas e políticas de *pork barrel*. Neste sentido, as regras eleitorais criam um ambiente atomizado, propício para a criação de bases geográficas bem definidas, onde a liderança partidária é apenas uma mediadora de interesses parlamentares.

Destá maneira, Carvalho (2003) resume que a atividade do político se restringe a três aspectos, sendo a construção da imagem pessoal do candidato (*advertising*), a tomada de posição em relação aos temas (*position-taking*) e de forma mais crucial a reivindicação de crédito pela alocação de recursos públicos (*credit-claiming*). Estas características gerariam invariavelmente um desequilíbrio entre a oferta de bens públicos e particulares criados dentro de um Congresso movido pelo atomismo e paroquialismo. Como mostra o autor, o modelo partidário surge como uma resposta às premissas distributivistas.

Nesta outra vertente, os partidos se tornam protagonistas do processo legislativo. A agenda legislativa se torna a agenda partidária a partir do momento em que o partido majoritário controla as principais instâncias decisórias do Congresso. Nesta visão os parlamentares que se aventuram isoladamente na política tendem a ser diluídos ante a ação dos partidos. Sendo assim, buscam cooperar e os partidos acabam se tornando fonte primária de recursos e capitais políticos.

A visão partidária ganhou força na literatura brasileira a partir da década de 90. Carvalho (2003) argumenta que ela surgiu como uma forma de combater o estereótipo dos políticos brasileiros: parlamentares indisciplinados, movidos pelo paroquialismo e articuladores de tecnologias clientelísticas. O principal argumento dessa linha¹⁵ parte da constatação empírica de que os deputados votam de acordo com o partido no plenário e estão bem estabelecidos no espectro ideológico esperado. Além disto, as coalizões de governo apresentam lógica ideológica, reunindo partidos similares dentro do espectro. Como visto, a

¹⁵ Figueiredo e Limongi (1995; 2002; 2005).

literatura filiada nesta vertente reforça que a produção legislativa dos deputados brasileiros tem maior abrangência nacional ante a local¹⁶.

O pressuposto neoinstitucionalista adotado nesta pesquisa remete obrigatoriamente ao fato de que as regras e normas do ambiente eleitoral devem ter algum impacto sobre as estratégias eleitorais e na geografia espacial do voto. De fato, os autores que trabalham com o conceito de estratégia política internalizaram que algumas destas regras afetam diretamente a escolha estratégia dos candidatos.

Leoni, Pereira e Rennó (2003) comparam que as distintas regras eleitorais nos Estados Unidos e Brasil geram diferentes reações nos candidatos, sendo mais voláteis as carreiras daqueles inseridos no ambiente mais competitivo do Brasil (devido ao sistema de lista aberta e a proporcionalidade) e menos voláteis no caso norte-americano. Também argumentam que as decisões estratégicas devem levar em consideração que no Brasil as regras de escolha de um cargo para outro mudam (como a regra proporcional na Câmara dos Deputados e a regra majoritária para o Executivo). Tais regras alteram os custos políticos de tentar uma posição ou outra e, portanto, alteram o comportamento individual.

Carvalho (2003) também parte do pressuposto de que as leis eleitorais impactam na competitividade do distrito a partir do momento em que tais leis influenciam a competição partidária, o grau de representatividade e a própria estabilidade dos governos. Como pontua o autor, estas leis tendem a aumentar a fragmentação partidária e gerar desequilíbrios na representação dentro do Congresso.

Isto significa que o sistema eleitoral influencia em alguma medida os padrões de votação observados nos deputados brasileiros. A sessão seguinte discute brevemente como este sistema pode afetar o comportamento parlamentar e o resultado das eleições.

1.3. O sistema eleitoral e o impacto no sistema político

O debate sobre a influência das regras eleitorais na vida política geralmente se volta para o sistema partidário ou para o comportamento dos representantes na arena legislativa. Pereira e Mueller (2003) argumentam que são provavelmente os trabalhos de

¹⁶ Amorim Neto e Santos (2003) demonstram através de pesquisa que a maioria das proposições de leis tem caráter nacional, benéfico e de cunho social. Alegam que o congresso dispõe de baixa margem constitucional para propor leis de natureza orçamentária e fiscal (de alta capacidade clientelística). Figueiredo e Limongi (2002) corroboram que individualmente os parlamentares pouco alteram a composição orçamentária do executivo, pois há forte centralização decisória no Congresso, impossibilitando a atuação particularista dos deputados. Em estudo posterior, Figueiredo e Limongi (2005) analisaram as emendas parlamentares e constataram empiricamente que as emendas individuais são pouco significativas no processo orçamentário, refutando a hipótese de que o congresso seria amplamente regido pela lógica clientelística dos parlamentares.

Mayhew (1974) e Downs (1997) os responsáveis por disseminar a ideia de que as eleições são as responsáveis por determinar o comportamento parlamentar.

Como já discutido anteriormente, os postulados de Downs indicam uma maior responsividade dos partidos e representantes em relação às preferências dos eleitores. Por sua vez, Mayhew cunhou a “conexão eleitoral” como o início da agenda de pesquisa responsável por explicar como os representantes se ligam as suas bases eleitorais. Partindo de um pressuposto de racionalidade individual em que a (re)eleição é a finalidade da atividade política, esta linha de pesquisa inaugurou a tradição de assumir que os objetivos eleitorais determinam a ação na arena legislativa. Portanto, para atingir seus objetivos os representantes se conectariam de forma mais direta à suas bases ao buscar transferir benefícios restritos para sua circunscrição eleitoral.

Trabalhos como Mainwaring (1999) buscaram dar suporte teórico e empírico para estas afirmações. O autor concluiu que no Brasil há fraca disciplina partidária devida ampla margem de manobra que gozam os parlamentares num contexto de moderada institucionalização dos partidos. Parte dessa indisciplina deriva do fato de que o sistema partidário não teria se desenvolvido nas clivagens sociais tradicionais e na constatação de que os partidos foram criados de cima para baixo, ou seja, concebidos pela própria elite política ante a sociedade civil. Este contexto revela que o sistema eleitoral foi desenhado para favorecer a figura individual do político que se conecta diretamente aos seus redutos eleitorais, desde quando essa estratégia maximize o resultado eleitoral (MAYHEW, 1974).

Ames (1995a, 1995b, 2003) também assume grande parte destes pressupostos e aponta para algumas evidências que reforçam a fraca influência dos partidos e o caráter atomizado do Congresso no Brasil. Nesta agenda de pesquisa o autor diagnostica que as regras eleitorais brasileiras incentivam padrões de votação mais concentrados, possibilitando os representantes dominar a localidade e criar distritos informais onde a competição política é significativamente baixa.

Portanto, se as regras e normas eleitorais são determinantes do comportamento parlamentar e do sistema partidário, quais são os principais postulados de um sistema de voto proporcional com lista aberta em relação ao Congresso no Brasil? A sessão a seguir trata mais especificamente deste debate.

1.4. Aspectos teóricos do sistema de lista aberta no Brasil

Nicolau (2006) sintetiza a maior parte dos argumentos sobre o impacto de um sistema de lista aberta¹⁷ na vida política do Brasil. Em primeiro lugar busca explicar porque o caso brasileiro chama a atenção: é o mais longo em comparação com outros países que também adotam tal sistema; combinado com um eleitorado de grande magnitude, grandes distritos (que são os Estados), possibilidade de coligações eleitorais e uma acentuada distorção na representação dos estados dentro da Câmara dos Deputados.

Para tanto, o autor apresenta que o sistema de lista aberta tem efeitos significativos nos partidos, nos eleitores e na relação que os políticos mantêm com suas bases eleitorais. A principal característica nesse tipo de sistema é que os membros de uma mesma legenda partidária estão em disputa pelas mesmas vagas, o que aumenta a competição no distrito por combinar a disputa intra e inter partido. Este tipo de ambiente reforça que as campanhas eleitorais são centradas no candidato e não no partido. Ao analisar empiricamente se um candidato a deputado foi derrotado pelo seu desempenho ou pelo desempenho partidário, o autor conclui que um número maior destes candidatos não obteve sucesso por fraco desempenho individual, reforçando a hipótese particularista em detrimento da partidária.

Uma consequência fundamental deste tipo de arranjo é que a fraca influência partidária no momento eleitoral inventiva a cultura do voto pessoal¹⁸, ou seja, quando o eleitor se identifica mais estreitamente com a figura do candidato ante a figura partidária. Analisando descritivamente alguns dados, Nicolau (2006) observa que o voto na legenda não apresenta um padrão estável no tempo¹⁹. Entretanto, demonstra alguns *surveys*²⁰ que confirmam a forte presença das qualidades pessoais do candidato como fator determinante do voto.

Combinando partidos fracos e voto pessoal é de se esperar que o sistema eleitoral constituído de tal forma favoreça um relacionamento particularista entre representantes e representados. Logo, o município vira o palco político e a vida circunscrita naquela localidade ganha bastante peso em um sistema permissivo como o brasileiro.

Algumas objeções em relação a esta hipótese foram levantadas. Mancuso *et al* (2013) encontrou resultados estatisticamente significativos em relação aos partidos: os

¹⁷O funcionamento de um sistema de lista aberta é detalhado na sessão 1.6.

¹⁸Carey e Shugart (1995).

¹⁹Elenca algumas hipóteses explicativas: mudança para o voto na urna eletrônica, estratégias de campanhas diferenciadas entre os partidos concorrentes, fidelidade partidária volátil ao longo do tempo.

²⁰Iuperj-2002.

candidatos com alta mobilidade partidária tendem a não alcançar êxito eleitoral na mesma magnitude em comparação com candidatos mais fiéis a legenda²¹.

No entanto, boa parte dos estudos²² sobre as regras eleitorais no Brasil partem do pressuposto de que tais regras estimulam o comportamento parlamentar atomizado, enfraquecem o controle dos partidos e das lideranças com os membros da legenda e estimulam os representantes para evitar a competição local concentrando e dominando redutos eleitorais circunscritos geograficamente.

Por fim, Pereira e Mueller (2003) escrevem que o antagonismo teórico entre a vertente atomística-descentralizada e a vertente partidária-centralizada da política são concepções insuficientes para explicar o processo político no Brasil quando tomadas isoladamente. Propõem que apesar de definições antagônicas elas são partes complementares do sistema político, eis que de fato as regras eleitorais enfraquecem os partidos na arena eleitoral, o que não é o mesmo para a arena parlamentar, onde as regras internas congressuais altamente concentradas e o forte poder do executivo de impor sua agenda legislativa tornam o político essencialmente dependente de seu partido, aumentando a disciplina e a força das lideranças partidárias no Congresso. Sendo assim, o sistema político brasileiro é um híbrido que favorece o comportamento individual na arena eleitoral e um comportamento partidário na esfera parlamentar.

1.5. Estudos inaugurais sobre geografia do voto no Brasil

A agenda de pesquisa sobre a geografia do voto no Brasil teve como estudo pioneiro a investigação de Fleischer (1976) intitulado *Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais – 1966/1974*. Naquele corte histórico, o autor pretendia analisar quais as consequências de uma possível adoção de sistema majoritário distrital dado o contexto bipartidário da época. A tese era que a mudança de regime prejudicaria o MDB e a ARENA seria beneficiada. Para operacionalizar os dados e determinar os padrões de concentração/dispersão dos deputados estaduais e federais, o autor valeu-se de metodologia própria para identificar as zonas eleitorais onde o candidato obteve

²¹ A pesquisa levantou dados para deputados federais no Estado de São Paulo entre 1991 e 2011.

²² Ames (1995a; 1995b; 2003); Carey e Shugart (1995); Mainwaring (1991;1999), Samuels (1999).

pelo menos 1% de seus votos²³. De maneira geral, o autor encontrou alta concentração espacial de votos, sobretudo para os deputados estaduais.

Logo, considerou que já existia uma distritalização dos deputados operando concomitante com o regime proporcional. Assim, o autor assumiu que as regiões concentradas eram distritos de fato e concluiu que as teses de que a oposição seria liquidada com o regime distrital era falsa, uma vez que já havia um regime distrital operando junto com a representação proporcional. O trabalho de Fleischer (1976) influenciou significativamente as pesquisas subsequentes a partir do momento que lançou mão da hipótese de que o sistema brasileiro operava com uma distritalização informal por meio de alta concentração espacial dos votos.

Ainda no contexto bipartidário, Indjaian (1981) buscou investigar a concentração/dispersão dos deputados federais da bancada paulista no ano de 1978. Os resultados também apontaram para maior predominância de deputados de votação concentrada. No entanto, a autora avança metodologicamente em relação ao trabalho de Fleischer (1976) ao utilizar o índice de Rae²⁴. Ademais, Kinzo (2003) objeta que o trabalho de Indjaian pondera apenas os dez maiores municípios (em termos de votação nominal) e que por não haver contiguidade entre eles qualquer inferência sobre distritalização não é possível.

Kinzo (1989) contribuiu com novas informações para a agenda de pesquisa. Adotando metodologia própria²⁵, a autora procurou atestar se o padrão de concentração observado nas pesquisas precedentes era factível. Seus resultados mostraram um aumento da dispersão eleitoral entre 1982 e 1986 na bancada paulista, teorizando que a proliferação partidária e o conseqüente aumento da competição política na época levaram os candidatos a pulverizar mais acentuadamente seu apoio. Porém, constata que para efeitos de reeleição aqueles candidatos de padrão concentrado em 1982 obtiveram mais êxito que os dispersos. A inferência sobre distritalização sofreu o mesmo problema de Indjaian (1981), pois os dez maiores municípios não são necessariamente contíguos²⁶.

²³ O índice está fragmentado em sete indicadores: 1) Número de zonas observadas com mais de 1,0% do voto total; 2) Número de núcleos observados; 3) número de zonas do primeiro núcleo; 4) densidade do primeiro núcleo; 5) percentual de votos do primeiro núcleo sobre o total de votos recebidos; 6) percentual de votos de todos os núcleos sobre o total de votos recebidos; e 7) percentual de votos do segundo núcleo sobre o de votos do primeiro núcleo.

²⁴ Uma discussão mais técnica sobre os principais índices de concentração e dominância será apresentada no capítulo II.

²⁵ A concentração foi medida de acordo com a proporção do apoio obtido no conjunto dos dez maiores municípios que mais contribuíram para sua votação total. A autora determinou 70% como o parâmetro, ou seja, com uma proporção acima de 70% o deputado obtinha votação concentrada, e abaixo disto, votação dispersa.

²⁶ Parecia haver um consenso implícito entre estes primeiros estudos de que concentração e distritalização eram sinônimas. A partir do estudo de Kinzo (1989) e especialmente após Carvalho (2003), observa-se que os autores

Na década de 1990 Dias (1991) procurou observar o padrão de votação dos deputados estaduais e federais do Rio de Janeiro e Paraná entre 1982 e 1990 tanto pela contiguidade territorial tanto pelo índice de Rae invertido²⁷. O autor também dá novas contribuições ao investigar a natureza do voto da capital em relação ao voto do interior, bem como observada se a posição ideológica do partido altera o tipo de votação do candidato.

Utilizando as zonas eleitorais como parâmetro para a contiguidade, um deputado concentrado (ou distritável, na sua denominação) é aquele que obtém 50% de sua votação total em até duas zonas eleitorais contiguas. Os dados mostraram que para deputado federal houve declínio da concentração, e para deputado estadual aumento desta. Os deputados federais distritáveis concentravam votos no interior, ao passo que o número de deputados estaduais eleitos pela capital subiu significativamente no período. Os distritáveis eram oriundos mais especificamente dos partidos de direita, muito embora o número de distritáveis oriundos da esquerda tenha aumentado.

Para aludir um panorama mais geral da geografia no estado, o autor aplicou o índice de Rae invertido²⁸ em todas as zonas eleitorais. Com esta metodologia, observou níveis moderados de concentração na Câmara e Assembleia, não chegando a 50% dos casos. Porém, observa que para a capital praticamente inexistiam deputados concentrados, sendo estes mais recorrentes no interior do Estado.

Apesar das moderações das pesquisas de Kinzo (1989) e Dias (1991), as inferências produzidas por todos estes estudos iniciais da geografia do voto no Brasil levavam na direção de que o sistema proporcional plurinominal coexistia com um sistema distrital, o que fez Carvalho (2003) elencar algumas objeções de cunho normativo recorrentes na literatura da época. Segundo o autor, alguns pesquisadores²⁹ advogavam que a adoção do sistema proporcional tinha como objetivo reduzir a representação de áreas atrasadas, encabeçadas pelos coronéis locais. Porém, se o sistema proporcional estaria gerando incentivos ao concentracionismo, era necessário admitir que o princípio norteador desse sistema estava profundamente deformado. Segundo Martins (*Apud* CARVALHO, 2003, p. 93):

começam a tratar concentração e distritalização de forma separada. A distritalização requer uma contiguidade de fronteiras mais evidente, já a concentração pode ocorrer por regiões em áreas mais amplas. Geralmente o método para detectar distritalização envolve a análise da contiguidade territorial, ao exemplo do que fez Kinzo *et all* (2003) para averiguar possível concentração e distritalização informal na câmara de vereadores de São Paulo.

²⁷ Também denominado índice de Laakso-Taagepera, ou índice N.

²⁸ Por se tratar de variável contínua, o autor estabeleceu quatro faixas de votação. No entanto, Carvalho (2003) altera suavemente os valores destes parâmetros, sendo largamente utilizados em pesquisas subsequentes no Brasil.

²⁹ Martins (1983), Lamounier (1982), Soares (1973).

A constatação de que no Brasil a dispersão espacial dos votos não é a regra, e, sim, a exceção precisa ser encarada de frente: trata-se de um efeito contraditório, uma consequência não esperada da premissa proporcional. Para funcionar como se supõe que deve funcionar, o voto proporcional tem que se mostrar capaz de cumprir sua missão específica, que é a de retratar as correntes de opinião compartilhadas pelos eleitores que votam (tanto concentrada, quanto dispersamente) na totalidade da circunscrição territorial. Se, em lugar de fazer isso, o sistema vigente limita-se a conferir mandatos a representantes de interesses locais (municipais ou microrregionais)... somos forçados a reconhecer que de fato há algo de errado com o método proporcional que estamos praticando.

Como destaca Lamounier (*Apud* CARVALHO, 2003, p. 93):

(...) A confirmar-se em outros Estados este quadro de elevada concentração eleitoral, estaríamos, sem dúvidas alguma, testemunhando a frustração de um dos valores mias caros à representação proporcional, que é a possibilidade de arrecadar votos numa circunscrição territorial ampla, atendendo, supostamente, a correntes de opinião, e não a meros contornos geográficos criados por lei.

O suposto básico é, portanto, que votações concentradas agregariam candidatos não-ideológicos, clientelísticos e representantes de áreas atrasadas. Neste sentido, candidatos “tradicionais” teriam votação concentrada e candidatos “ideológicos” votação dispersa. Estas hipóteses permearam todos os trabalhos sobre geografia do voto e conexão eleitoral no Brasil durante as décadas de oitenta, noventa e nos anos 2000³⁰. Observa-se ainda estreita ligação com as indicações neoinstitucionalistas da escolha racional e as premissas da vertente distributivista.

1.6. Estudos recentes: uma inflexão teórico-metodológica em Ames e Carvalho

Ames (2003) e Carvalho (2003) foram os primeiros a sistematizar a geografia do voto em âmbito nacional. Pode-se considerar com segurança que a proposição de Ames foi responsável por revigorar metodologicamente a área, enquanto Carvalho muito contribuiu teoricamente para a agenda de pesquisa.

Em *os entraves da democracia no Brasil*, Ames propõe verificar que variáveis causam os sucessivos problemas de governabilidade na democracia brasileira. Atesta que os problemas são institucionais e há um excessivo número de *veto-players*³¹. Sua tese de porque as instituições brasileiras funcionam mal já foi discutida anteriormente: as normas, regras e procedimentos das instituições geram oportunidades para a ação particularista e paroquialista dos políticos, onde o executivo é frequentemente refém do legislativo e lança mão da

³⁰ Ames (2003), Dias (1991), Indjaian (1981), Kinzo (1989), Kinzo *et all* (2003), Saugo (2007), Souza e Ribeiro (2010); Neves (2010).

³¹ Atores com poderes suficientes para barrar mudanças em relação ao *status quo* do processo político.

patronagem estatal para aprovar sua agenda, levando em consideração que os partidos são ineficientes em disciplinar seus parlamentares como propõe o modelo distributivista.

Para além do diagnóstico institucional, Ames ainda argumenta que o processo histórico de formação da política nacional muito explica sua situação presente. Ao adotar o federalismo como organização política, algumas características foram preservadas ao longo do tempo, desde a extinção da monarquia em que os estados preservaram seu poder, sendo uma herança direta do antigo sistema de capitanias hereditárias. Amiúde, sabe-se que a propriedade de terra sempre foi o pilar do poder local, atividade concentradora de renda e responsável pelo surgimento dos “caciques” locais.

Resumidamente, o Nordeste sempre foi marcado pela presença das famílias tradicionais e dos coronéis, sendo a região pouco significativa em relação ao produto interno bruto (PIB) e historicamente dependente da política como atividade rentável. As regiões Centro-Oeste e Norte, regiões de fronteira e com estados extensos, não padeciam de famílias tradicionais, sendo de tal maneira o clientelismo o fluído que permeava a interação entre os atores locais. A região Sudeste, que sempre concentrou a atividade industrial, é responsável por parte significativa do PIB nacional, o que historicamente atraiu a imigração, sobretudo a nordestina, gerando problemas estruturais crônicos. A região sul, apesar de marcada pela forte agricultura, nunca dependeu exclusivamente da política como atividade rentável, e conseguiu equilibrar suas condições na saúde e educação.

O que o autor argumenta é que as diferenças regionais levam a diferentes padrões de relacionamento entre governo e sociedade. Como os Estados historicamente sempre tiveram bastante força em relação ao governo central, as oligarquias, na égide do federalismo, se mantiveram preservadas. Como pontua Ames, a força das oligarquias locais é herança do alinhamento entre o governo central e os “caciques” locais que permeou a política brasileira no século XIX.

Naquele cenário, o gabinete imperial necessitava da Câmara dos Deputados para legitimar suas decisões, utilizando largamente da patronagem como forma de obter o apoio. Era através da distribuição de recursos para os mandatários locais (geralmente donos de terra) que o gabinete imperial disciplinava os deputados. Desta maneira, o poder político circulava em duas direções³²: de cima para baixo através do gabinete imperial na forma de recursos de

³² A noção de cidadania mediada de Carvalho (2007) corrobora este diagnóstico. Segundo este autor, o Estado brasileiro sempre conseguiu o apoio nas casas legislativas, desde o império até a redemocratização na década de 80. Em sua análise, a baixa mobilização política da sociedade civil nos grandes eventos políticos do país conferiu grande poder ao papel do Estado, onde os principais direitos políticos e sociais foram modelados de cima para baixo. Ames (2003) irá argumentar que a patronagem estatal se adapta facilmente em contextos de

patronagem, e de baixo para cima através dos mandatários locais na forma de apoio político. Com autonomia fiscal, os estados também se mantiveram fortes no primeiro governo Vargas e no Estado novo. Neste quadro histórico, as políticas de *pork barrel*, o fisiologismo e o empreguismo foram artifícios cruciais no processo político do país. A transição para a República também pouco contribuiu para minar os incentivos ao clientelismo e a patronagem estatal³³.

Ao fazer este breve levantamento histórico, Ames (2003) passa a analisar o sistema eleitoral seguindo a mesma premissa: políticos brasileiros agem, majoritariamente, de forma individual. O sistema eleitoral é regido pela regra da proporcionalidade, ou seja, as vagas no congresso são alocadas de acordo com a votação proporcional do partido³⁴. A escolha do candidato, no entanto, procede de forma distinta. Em regimes de lista aberta a vaga é ocupada por aquele candidato que recebe mais votos dentre todos os concorrentes, levando em consideração a quantidade de cadeiras que o partido conquista. Isto significa que as cadeiras conquistadas pelo partido serão ocupadas pelos seus membros mais bem votados. Já no regime de lista fechada é o partido que determina previamente sua oferta de candidatos, sendo o voto na legenda, e não no indivíduo, alocando a decisão de quem ocupa a cadeira para a sigla partidária.

Segundo Ames (2003, p. 62) “os sistemas de lista aberta deslocam o poder dos líderes partidários para os candidatos individuais, e o sistema brasileiro leva ao máximo essa tendência”. Conjugando incentivos institucionais particularistas com um processo político historicamente dominado pela patronagem e o fisiologismo, o autor afirma que a maioria dos candidatos limita geograficamente sua votação, muito embora eles possam pedir apoio em qualquer região do estado.

No entanto, a principal contribuição de seu trabalho reside no fato de que os estudos sobre geografia do voto levavam em conta apenas a dimensão horizontal da votação, a saber, concentração ou dispersão do voto. O autor objeta que a dimensão vertical, a dominância, é muito mais significativa para explicar o comportamento eleitoral. Segundo o

industrialização. O modelo de substituição de importação adotado no período desenvolvimentista é um exemplo de como o Estado pode levar a cabo reformas industriais. Conclui-se, portanto, que a patronagem sempre fez parte da história política nacional.

³³ Por uma análise sobre a perpetuação do clientelismo de sociedades atrasadas para sociedades modernas ver Andrade (2005), Bahia (2003), D’Ávila Filho (2007), D’Ávila Filho, Jorge e Coelho (2004), Ottman (2006), Nunes (2003), Veloso (2006).

³⁴ Válido para as eleições legislativas.

autor³⁵ “entende-se por dominância municipal de um candidato a percentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos.” (AMES, 2003, p. 65).

Além disso, ao conjugar as dimensões horizontal e vertical, Ames produz uma tipologia de matriz que melhor descreve o comportamento eleitoral dos deputados. Portanto, forma quatro padrões espaciais de votação, organizados da seguinte maneira:

Tabela 1: Padrões espaciais de votação segundo as dimensões.

Padrões de Votação	Compartilhamento		Dominância
	Dispersa	Dispersa-Compartilhada	Dispersa-Dominante
	Concentrada	Concentrada-Compartilhada	Concentrada-Dominante

Fonte: Ames (2003).

Os principais estudos subsequentes sobre geografia do voto adotaram essa tipologia como forma de investigação acerca do comportamento eleitoral. O *insight* reside em observar que apenas a distribuição espacial dos votos é insignificante para produzir qualquer tipo de inferência neste tipo de análise. Quando determinado deputado concentra sua votação em alguns municípios, isto não significa, necessariamente, que a maioria dos votos dados naquele município foram direcionados para ele. Em termos gerais, sugere no máximo que espacialmente a votação individual do candidato está ali depositada. Esta percepção mudou a forma como os pesquisadores tratam a noção de redutos ou bases.

Ademais, Ames (2003) aponta algumas características gerais sobre os padrões de votação. Estas características envolvem essencialmente a carreira do parlamentar e seus atributos individuais. O capítulo III contém a análise dos padrões de votação com as trajetórias políticas associadas a ela.

Ao aplicar a medida estatística Moran I^{36} , o autor descobre que o padrão de concentração é maior para o Sul/Sudeste e menor no Nordeste. No entanto, os estados nordestinos tendem a ter seus municípios dominados enquanto os do Sul/Sudeste são mais compartilhados entre os deputados. No plano nacional e ao longo do tempo a concentração espacial declinou entre 1978 e 1982, mas aumentou de forma regular até 1994, ano em que se

³⁵ Diferente dos trabalhos precedentes sobre geografia do voto, o autor utiliza como unidade territorial o município. Seria ali a área geográfica onde se desdobra a maior parte da política brasileira.

³⁶ Ames é o único a utilizar este índice para medir concentração de voto dentre os principais trabalhos sobre o tema no Brasil.

estabiliza. Já o padrão de dominância caiu de maneira similar em quase todas as regiões no período analisado.

Levanta algumas respostas para estes padrões regionais³⁷: os estados nordestinos são menores territorialmente e possuem menos municípios ante os estados do Sudeste, possibilitando a difusão da campanha, bem como aumenta a possibilidade de se fechar acordos ao longo do estado, reduzindo os custos da campanha eleitoral. Argumenta que o maior nível educacional no Sudeste reduz o poder dos “caciques” locais, aumentando a possibilidade de negociação com líderes políticos por todo o estado, o que eleva a competição política e diminui a chance de um deputado dominar uma região específica.

Para o caso nordestino o autor vai argumentar que historicamente a região é bastante dependente das verbas federais, o que exacerba o papel dos deputados em mediar a distribuição destes recursos. Esse papel pode ter contribuído para os deputados alavancarem seu poder em relação as suas bases eleitorais, dominando-as com o tempo.

Para chegar a estas inferências o autor modelou matematicamente concentração e dominância como variáveis dependentes, demonstrando que a regressão melhor explica a concentração espacial ante a dominância. Os fatores demográficos explicam melhor a concentração dos votos e a variável pobreza pouco explica a dominância, ao contrário do que se supunha. Portanto, Ames conclui que em localidades dominadas a existência de famílias tradicionais e a tradição clientelística explicam muito mais a dominância ali presente. Apesar de todas estas ponderações, generaliza que os deputados brasileiros atuam de forma individualista e paroquial ao afirmar que o padrão concentrado-dominante “é o clássico reduto eleitoral brasileiro (...)” (AMES, 2003, p. 66).³⁸

Algumas críticas neste sentido foram levantadas na literatura, especialmente por Carvalho (2003, p. 59) ao observar que “(...) Ames não explora com exaustão a natureza dos incentivos gerados pelas distintas configurações geográficas sobre o comportamento parlamentar”. Segundo o autor, o principal problema nas inferências de Ames é considerar um único comportamento parlamentar possível: o individualismo paroquial. Esta generalização gera uma incongruência metodológica nas premissas de Ames, como explica:

Ora, a impropriedade metodológica da conclusão de Ames parece óbvia: incentivos eleitorais distintos, decorrentes das configurações espaciais diversas dos deputados

³⁷ Admite, no entanto, que estas explicações são indutivas e com pouca modelagem matemática.

³⁸ Apesar das ponderações feitas no âmbito regional, ao estilizar o comportamento individualista da política nacional, Ames parece estar diante de uma estrita filiação teórica baseada nos preceitos da escolha racional. No entanto, o próprio autor admite que seu diagnóstico busca prever tendências e não certezas ao mostrar que “Sendo meu objetivo explicar fatos políticos reais, uso argumentos institucionais probabilísticos, e não determinista. Em outras palavras, meu interesse é prever tendências, não certezas.” (AMES, 2003, p. 52).

eleitos, não podem gerar um comportamento único, se entendemos que a conexão eleitoral faz diferença na explicação da ação legislativa (CARVALHO, 2003, p. 60).

A partir deste diagnóstico avança teoricamente os pressupostos de Ames ao considerar que tanto a lógica distributivista quanto a partidária são significativas para explicar o comportamento eleitoral e legislativo. Assim sendo, teoriza que quanto mais à esquerda no espectro político, mais universalista e promotor de políticas públicas tende a ser o deputado, valendo o contrário para aqueles posicionados mais a direita no espectro.

Como já mencionando anteriormente, o autor chega à conclusão de que a competitividade no Brasil é relativamente baixa porque o número efetivo de candidatos que realmente importam nas eleições para deputado é baixo. Levanta essas conjecturas com o objetivo de chamar a atenção para o fato de que a alta concentração política em poucos atores relevantes não significa uma distritalização como propunha os estudos iniciais sobre geografia do voto. Na verdade, lança mão da ideia de que a alta concentração em poucos atores relevantes significa muito mais uma “oligarquização” da política do que uma distritalização de fato³⁹.

Ao investigar os padrões de votação, Carvalho (2003) pouco avança metodologicamente em relação a Ames. Apesar de resgatar o índice de Rae invertido para o cálculo de concentração/dispersão, o autor também testa alguns pressupostos já presentes em Ames, como a carreira parlamentar e a posição partidária do deputado, além de utilizar a tipologia de matriz proposta pelo brasilianista. Para averiguar a dominância o autor utiliza também a proposta de Ames operacionalizando equação para o cálculo da variável.

Analisando os deputados federais eleitos nos pleitos de 1994 e 1998, o autor observa que a dispersão eleitoral não é exceção no contexto nacional, como alegavam os estudos iniciais. Observa que na verdade o percentual nacional de deputados com votação fragmentada é superior aos de votação concentrada, com pouca variação entre os pleitos.

Assim como Ames (2003), identifica que os deputados nordestinos tendem a dispersar mais a votação ao contrário daqueles oriundos da região Sudeste e Norte, que tendem a concentrar o apoio. Sustenta a tese de que nos municípios há alta estabilidade política, pois se verifica padrões similares ao longo do tempo⁴⁰, diferente das variações percebidas na análise de Ames.

³⁹ Neste sentido, Carvalho avança teoricamente os conceitos embutidos nos trabalhos de Dias (1991), Indjaian (1981) e Kinzo (1989). Demonstra que as variáveis demográficas pouco explicam a competição política, sendo a variável socioeconômica mais decisiva neste quesito.

⁴⁰ Muito embora esse diagnóstico leve em consideração apenas dois pleitos: 1994 e 1998.

Quanto à dominância, Carvalho (2003) identifica um padrão perene no tempo onde a maior parte dos casos se encontra numa faixa média de dominância⁴¹, diferente de Ames (2003) quando este observa que a dominância declina em todas as regiões no período estudado⁴². Observa-se que a região Nordeste logra deputados de maior dominância em relação àqueles das regiões Norte e Sudeste (de baixa ou sem dominância), onde estas possuem capitais de ampla dimensão, além dos pólos urbanos do Sudeste. Nas regiões de baixa dominância, a votação individual do candidato é uma parcela pequena da votação total das grandes cidades, o que impossibilita os deputados de dominarem estas áreas.

Agrupando os vetores concentração/dominância, Carvalho (2003) encontra que apenas 17% dos casos nacionais são do tipo concentrado-dominante, e a maioria deles se encontra na região Sul ou Sudeste. Se Ames (2003) estiliza o comportamento dos políticos pelo perfil concentrado-dominante, Carvalho requalifica esse diagnóstico:

A realidade é que a complexidade da nossa geografia do voto contempla uma segunda configuração de distribuição de votos no espaço que produz igualmente incentivos no sentido da perseguição de políticas distributivas: a fragmentação conjugada à dominação. (CARVALHO, 2003, p. 105).

Ao agregar aqueles perfis com traços particularistas – concentrado/dominante e disperso/dominante - o autor percebe que faz jus a apenas metade dos deputados eleitos. Esta seria, portanto, sua principal limitação ao modelo distributivista: não explicar a maior parte do comportamento eleitoral brasileiro. Em outras palavras, é o vetor dominância que melhor explica o comportamento individualista e a perseguição de políticas *pork barrel*. É a partir destas requalificações de Carvalho (2003) e das ponderações regionais de Ames (2003) que as hipóteses da presente pesquisa são desenhadas⁴³.

Analisando a variável partidária, o autor observa que deputados de partidos *catch all* tendem a dispersar e dominar os votos, ao passo que deputados de partidos de esquerda tendem a concentrar e compartilhar sua base de votação. Estes achados divergem do que

⁴¹ Levando em consideração o desvio padrão e da média aritmética do índice de dominância, o autor elabora quatro faixas de dominação: Sem dominância, Baixa dominância, Média dominância e Alta dominância. O autor também agrega as faixas intermediárias resultando em deputados dominantes e não dominantes. Esta pesquisa replica as faixas para os deputados estaduais.

⁴² Novamente, estas diferenças podem ser explicadas pelo tamanho do corte temporal dos autores. No entanto, apesar destas distinções, ambos os trabalhos convergem quanto ao padrão de concentração e dominação no âmbito regional. Neste sentido, justifica-se a análise de casos estaduais a partir destes padrões regionais observados nos autores, onde a lógica regional aparenta ser decisiva para o padrão concentração/dominância.

⁴³ Por tratar da Assembleia Legislativa no caso Piauiense, a pesquisa deve obrigatoriamente ater-se as particularidades regionais levantadas pelo cânone. Neste sentido, o recorrente ponto de partida das pesquisas atuais – a ideia estilizada dos deputados em Ames (2003) – será desconsiderado neste trabalho, aproximando a pesquisa nos achados empíricos de Carvalho (2003). No entanto, as hipóteses secundárias levantadas por Ames (2003) quanto às particularidades de sua tipologia de matriz serão úteis a esta investigação.

sugeria o senso comum e suas hipóteses levantadas *a priori*, em que candidatos de esquerda deveriam agir de forma mais universal e dispersa, enquanto que os candidatos “tradicionalistas” deveriam responder diretamente às bases.

O que Carvalho (2003) explica é que os estudos inaugurais sofreram de uma compreensão limitada acerca da natureza geográfica do voto no Brasil. Na verdade está implícito que, como já mencionado anteriormente, a introdução da dimensão de dominância de Ames mudou a forma de interpretar os conceitos de bases, redutos e distritalização. Objetamos aqui que o vetor de dominância é muito mais explicativo do comportamento eleitoral do que a distribuição espacial de votação. Não estando providos metodologicamente da noção de dominância, os estudos inaugurais acabaram por concluir que a concentração espacial estava ligada aos deputados não ideológicos, particularistas e articuladores de políticas de *pork barrel*.

O vetor de dominância, também relacionado com a noção de *força política*, diz respeito ao capital político do deputado e a sua possibilidade de exercer redes de clientela. Os achados de Carvalho (2003), no sentido de que deputados de partidos *catch all* tendem a dominar seu eleitorado, corroboram esta ideia. Já deputados não dominantes, que partilham sua votação com outros candidatos, são mais recorrentes aos partidos de esquerda com trato mais universalista, pois lidam com as clivagens sociais tradicionais de maior alcance territorial. Neste sentido a noção de concentração/dispersão espacial é muito mais reativa em relação às variáveis demográficas, como já pontuado por Ames (2003).

Por fim, Carvalho (2003) também analisa o impacto da carreira parlamentar no padrão de votação do deputado. Assume os mesmos pressupostos de Ames e confirma empiricamente suas hipóteses. Os padrões de votação e a carreira do parlamentar são apresentados detalhadamente no capítulo III.

1.7. Breves apontamentos sobre estudos de caso recentes

Saugo (2007) investiga a geografia do voto e a conexão eleitoral entre 1994 e 2006 para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A autora também utiliza o município como unidade de análise, equaciona o índice de Rae invertido como ferramenta de investigação dos dados e adota a tipologia de matriz em Ames (2003) para descrever as estratégias eleitorais dos deputados estaduais.

Os resultados mostram variações ao longo do tempo: queda nos casos de padrão concentrado-dominante e disperso-compartilhado, ao passo que os padrões concentrado-

compartilhado e disperso-dominante aumentaram. A pesquisa revela que ao longo do tempo as votações concentradas caíram e as votações dispersas aumentaram; quanto à dominância fica claro um aumento nos extratos de média dominância em detrimento de queda dos casos de alta dominância. Os deputados com baixa ou sem dominância se mantiveram estáveis ao final do período com média de 25% dos casos.

Ao inserir variável partidária na análise a autora confirma as hipóteses de Carvalho (2003). Conclui que “(...) os dados corroboram para a aceitação da hipótese de que os eleitores de partidos de direita elegem mais legisladores dominantes, e a de que os votantes de partidos de esquerda elegem maior número de representantes não dominantes” (SAUGO, 2007, p. 149).

Souza e Ribeiro (2010) realizaram pesquisa para o caso do Pará, onde o corte compreende os pleitos de 2002 e 2006 tanto para deputados estaduais como para deputados federais. Utilizam a votação nominal dos candidatos no município como fórmula de cálculo através do índice de Rae para identificar a distribuição espacial dos votos⁴⁴. Os resultados mostram que a configuração concentrada é o padrão recorrente no Pará em ambos os cargos.

Para deputado estadual, mais de 80% dos eleitos apresentaram configuração espacial concentrada nos dois pleitos analisados. Já na câmara dos deputados observou-se ligeiro aumento no padrão disperso, ainda não sendo suficiente para ultrapassar os casos de concentração: em média 61% dos deputados federais concentraram seu apoio eleitoral nos dois pleitos investigados.

Os autores levantam algumas explicações possíveis para este padrão, sendo as principais: i) a grande dimensão territorial do estado incentiva bases eleitorais mais concentradas e ii) a precária infraestrutura de comunicação e transporte aumentam os custos de campanha, prejudicando configurações espaciais mais dispersas. Estas explicações encontram ressonância nos achados de Ames (2003) e Carvalho (2003).

Por fim, Neves (2010) investiga a geografia do voto e a conexão eleitoral dos deputados federais no Piauí no período de 1994 até 2006 utilizando também o índice de Rae invertido, a equação de dominância proposta por Carvalho (2003) e os municípios como unidades de análise. O autor assume o pressuposto estilizado de Ames (2003) como ponto de partida acerca do comportamento dos candidatos para o cargo de deputado federal.

Os resultados mostram que o padrão recorrente dos deputados federais eleitos é o disperso-dominante seguido por deputados com votação disperso-compartilhada, sendo que

⁴⁴ A pesquisa não contempla o vetor dominância.

nenhum deputado apresentou a configuração concentrada-dominante. Ao agregar as faixas intermediárias de dominância, a pesquisa revela que a maioria dos deputados dominam seus municípios ao longo do tempo⁴⁵. Analisando as tipologias nos quatro pleitos em questão, o autor encontra que somente a configuração concentrado-compartilhado possui tendência de crescimento, enquanto que as demais tipologias apresentam evolução disforme no período.

Neves (2010) busca relacionar a carreira parlamentar e o padrão de votação como sugerido por Ames e Carvalho. De acordo com os dados as hipóteses aventadas em Ames e Carvalho foram verificadas na grande maioria dos casos. Quanto a variável partidária, o autor corrobora os resultados encontrados em Carvalho (2003): deputados de partido de esquerda apresentaram votação concentrada e compartilhada, ao passo que deputados de partidos *catch all* lograram votações dispersas e dominantes.

⁴⁵ Com exceção de 1998, pleito marcado pelo equilíbrio entre dominação e compartilhamento.

CAPÍTULO II

A GEOGRAFIA DO VOTO NA ASSEMBLEIA PIAUIENSE

2.1. Operacionalização, tratamento e algumas ponderações sobre a base de dados

Antes de passar para a análise empírica algumas considerações de caráter metodológico são necessárias. Primeiro, a pesquisa se filiará ao tratamento metodológico observado em Carvalho (2003) onde os municípios são a unidade de análise e a votação nominal do deputado estadual eleito (por média ou quociente) é a base primária para a elaboração do índice de concentração e dominância. Todos os dados sobre votação se encontram no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI) de forma desagregada: estão disponíveis os votos nominais de cada candidato por município.

Os dados sobre carreira parlamentar e a trajetória política dos deputados se encontram no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); sendo as demais referências retiradas de jornais locais que são devidamente indicadas através de notas de rodapé quando necessário. Diferente das informações sobre deputado federal, nem todas as informações biográficas e parlamentares dos deputados estaduais estão contempladas nestas bases públicas de dados, configurando certa limitação para esta pesquisa, mas não a invalidando. Com as informações disponíveis é plenamente possível verificar as hipóteses aventadas em Ames (2003) e Carvalho (2003) sobre a influência da carreira parlamentar do deputado no seu padrão de votação. No entanto, a pesquisa se limita na análise dos deputados com informações suficientemente disponíveis e em fontes confiáveis.

O tratamento dos dados e os cálculos necessários foram realizados em planilha eletrônica no intuito de agregar as votações totais dos deputados bem como o percentual relativo que cabe a cada município. A base de dados contempla também o grupo específico de deputados com no mínimo três eleições (subsequentes ou não) para fins analíticos posteriores. A montagem da base leva em consideração todos os trinta deputados eleitos nos pleitos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

Uma ponderação deve ser feita: ao longo dos pleitos a quantidade de municípios aumentou no estado do Piauí. No início dos anos 90 eram 118 municípios que evoluíram para 224 em 2017. Os dados de desempenho individual no TSE entre 1998 até 2010 mostram a

votação apenas para os municípios em que o candidato teve pelo menos um voto, ao passo que em 2014 os dados mostram a votação do candidato mesmo naqueles municípios com nenhuma votação. Entretanto, como o andamento da pesquisa é pautado pelo cálculo do índice de Rae invertido, essas diferenças não alteram e não causam viés a pesquisa, uma vez que o índice leva em conta os municípios relevantes na votação do candidato. O mesmo vale para o cálculo da dominância, onde a votação dada para o cargo de deputado estadual no município não é afetado pelo incremento no número de cidades.

2.2. A natureza da pesquisa

Levando em consideração o caráter descritivo da pergunta de partida “Qual o padrão de votação e dominância dos candidatos eleitos para deputado estadual no Piauí nos pleitos compreendidos entre 1998 e 2014?”, as inferências produzidas pela pesquisa serão, *a priori*, descritivas também. No entanto, as hipóteses levantadas na introdução deste trabalho buscam averiguar certas explicações recorrentes na literatura sobre as estratégias eleitorais, e neste sentido, a pesquisa aproxima-se da concepção de King, Keohane e Verba (1994) de que inferências descritivas são passíveis de gerar explicações.

Destarte, mesmo que os dados tratados sejam considerados quantitativos, o cálculo de concentração e dominância não gera relações casuísticas, uma vez que os índices demonstram apenas uma configuração do comportamento eleitoral. A princípio esta pesquisa não tem como objetivo buscar quais variáveis *causam* os padrões de concentração e dominância, como assim fizeram Ames (2003) e Carvalho (2003) através de modelagem matemática em regressão múltipla.

Se confirmada a hipótese partidária, esta apenas mostrará que *deputados de partidos de esquerda têm votação mais concentrada-compartilhada e deputados de partidos de direita votação mais dispersa e dominante*, valendo o mesmo para o histórico da carreira parlamentar. Aqui não há ambição de determinar o que causa a concentração e o que causa a dominância. Logo, o trabalho filia-se as indicações de Gerring (2004) como um estudo de caso que busca identificar certas *características* do objeto de pesquisa, a saber, os deputados estaduais piauienses.

2.3. Breve histórico metodológico na agenda de pesquisa

Como já exposto no referencial teórico, o método de investigação da geografia do voto se modificou ao longo do tempo na medida em que as discussões na literatura avançavam. Observa-se que as pesquisas mais recentes sobre geografia do voto adotaram técnicas mais elaboradas para investigar a fragmentação do voto, sendo mais recorrentes que o princípio da contiguidade visto em Fleischer (1974). Objetamos, porém, que esta mudança é uma consequência natural da constatação de que contiguidade e concentração não são sinônimas, fato incipiente nas pesquisas de Kinzo (1989) e Dias (1991) e posteriormente esclarecido no trabalho de Carvalho (2003)⁴⁶.

Muito embora grande parte da ciência política nacional tenha adotado as técnicas mais recentes para calcular a fragmentação do voto, o próprio estudo de Ames (2003) vale-se da contiguidade espacial, encabeçado pelo método estatístico Moran I. Logo, a adoção de análises contíguas não significa nada além de uma metodologia alternativa àquelas utilizadas recentemente. As inferências produzidas e a validade da pesquisa não se alteram ao adotar caminhos de investigação distintos.

No entanto, esta pesquisa irá adotar o caminho metodológico usado em Carvalho (2003). Justificamos tal escolha pelo fato de Neves (2010) também ter adotado a mesma metodologia para investigar as estratégias eleitorais dos deputados federais na bancada piauiense. Neste sentido, o objetivo é aproximar ambas as pesquisas, fazendo-se necessário diminuir as lacunas metodológicas entre elas no intuito de realizar comparações mais críveis.

2.4. Metodologia

O cálculo da concentração/dispersão do voto será realizado pelo índice de fragmentação de Rae invertido. Como pontua Nicolau (2005) o índice evoluiu da formalização matemática proposta por *Herfindal-Hirschman (HH)*, desenvolvido primeiramente por estes economistas com o objetivo de calcular a concentração de empresas em um mesmo setor. O índice é obtido por: $HH = \sum p_i^2$ sendo p_i a proporção de mercado controlado pela empresa. De acordo com o autor:

⁴⁶ Carvalho (2003) esclarece que apesar de distintos, estes conceitos podem ser estatisticamente correlatos.

O índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, maior a concentração. Imagine-se, por exemplo, o mercado de refrigerantes, com cinco firmas, cada uma delas com a seguinte fatia: 40%, 30%, 15%, 10% e 5%. O índice *HH* seria calculado da seguinte forma: $(0,40 \times 0,40) + (0,30 \times 0,30) + (0,15 \times 0,15) + (0,10 \times 0,10) + (0,05 \times 0,05)$. O resultado é igual a 0,29. Índices inspirados no *HH* têm sido utilizados em diversas disciplinas. (NICOLAU, 2005, p. 598).

No entanto, o trabalho de Rae (1967) utilizou o conceito de *Herfindal-Hirschman* para identificar a fragmentação dos votos nas cadeiras do legislativo, e de acordo com Nicolau (2005, p. 599) “Como a preocupação de Rae era mensurar a dispersão, ele simplesmente inverteu o resultado do *HH*, subtraindo-o de 1: *Índice de fracionalização de Rae (F): 1 – HH*”.

Posteriormente, Laasko e Taagepera (1979) inverteram o índice *HH* para medir o número efetivo de partidos no legislativo. O novo índice (N) é calculado por: $1/HH$ ou efetivamente $1/\sum p_i^2$. Ambos os índices de Rae e o índice invertido de Laasko e Taagepera tem como base a proposição de *Herfindal-Hirschman*, e foram usados a princípio para calcular a distribuição de força dos partidos no legislativo (NICOLAU, 2005).

A diferença marcante entre o índice (F) e o índice (N) consiste que primeiro gera uma variável contínua de valor entre 0 e 1; o segundo gera uma variável contínua sem intervalo de observação. Ao inverter a equação $\sum p_i^2$ os autores apenas almejavam criar graus de concentração/dispersão mais nítidos⁴⁷. O artifício matemático foi suficiente para popularizar o índice (N) na ciência política⁴⁸, e Nicolau (2005, p. 599) pontua que “(...) desde os anos 1980, este índice tem sido utilizado com mais frequência pela ciência política, particularmente, nos estudos comparativos sobre sistemas eleitorais e sistemas partidários”.

A agenda de pesquisa sobre geografia do voto utilizou largamente o constructo matemático de Laasko e Taagepera (1979)⁴⁹. Nestes casos, a formalização configura-se da seguinte maneira:

⁴⁷ Nicolau (2005) lembra que proeminentes pesquisadores como Sartori (1982); Taagepera e Shugart, (1989); Lijphart (1994) argumentam que o índice (N) é mais fácil de visualizar em termos concretos.

⁴⁸ Para o autor, no entanto, o principal defeito dos índices (HH), (F) e (N) é superestimar o impacto das maiores unidades e subestimar o impacto das menores, pois os valores são baseados nos quadrados das unidades.

⁴⁹ Indjajian (1981), Dias (1991), Carvalho (2003), Neves (2010).

$$N = \frac{1}{\sum p_i^2} \text{ onde:}$$

- p é o valor percentual da votação do candidato no município i .

Carvalho (2003) explica que o resultado da aplicação desta fórmula mostra intuitivamente o número de municípios que o candidato foi efetivamente votado. Nota-se que a noção de contiguidade espacial é embutida apenas indiretamente, uma vez que a concentração/dispersão agora é entendida como a proporção de votos obtida em cada município. Seguindo os passos de Dias (1991) que elaborou parâmetros comparativos de concentração, Carvalho também elenca as faixas de votação, alterando levemente os valores comparativos. Por conseguinte, esta pesquisa utiliza as faixas propostas por Carvalho dispostas da seguinte maneira:

- 1) **Concentração Alta:** Índice (N) entre 1 e 4. Nesta faixa encontram-se deputados que, em média, concentram 65% de sua votação em um único município. Nos 10 primeiros municípios mais bem votados, alcançam em torno de 85% dos votos;
- 2) **Concentração Média:** Índice (N) entre 4 e 7. Nesta faixa encontram-se deputados que, em média, concentram 40% de sua votação no município de melhor desempenho. Nos 10 primeiros municípios mais bem votados, alcançam em torno de 75% dos votos;
- 3) **Dispersão Média:** Índice (N) entre 7 e 10. Nesta faixa encontram-se deputados que, em média, concentram 30% de sua votação no município de melhor desempenho. Nos 10 primeiros municípios mais bem votados, alcançam em torno de 60% dos votos;
- 4) **Dispersão Alta:** Índice (N) maior que 11. Nesta faixa encontram-se deputados que, em média, concentram apenas 15% de sua votação no município de melhor desempenho. Nos 10 primeiros municípios mais bem votados, alcançam em torno de 50% dos votos.

Carvalho (2003) também operacionaliza o cálculo de dominância⁵⁰ apresentado em Ames (2003), adaptado nesta pesquisa para deputados estaduais da seguinte maneira:

⁵⁰ O autor aplica a equação apenas nos 15 maiores municípios que os deputados recebem votos. Esta pesquisa calcula o índice em todos os municípios que destinaram votos aos candidatos.

$$D = \sum_i n \frac{v_i}{p_i} x \frac{v_i}{V} \text{ onde:}$$

- v_i é o número de votos do deputado no município i ;
- p_i é o número total de votos válidos para deputado estadual no município i ;
- V é o total de votos recebidos pelo deputado em todo o estado;
- i é o município.
- n é o total de municípios.

O cálculo de (D) gera uma variável contínua que varia entre 0 e 1 necessitando também de parâmetros comparativos. Assim como Carvalho (2003), Neves (2010) elenca quatro faixas de dominância de acordo com a média aritmética e o desvio padrão, sendo elaboradas de tal maneira:

- 1) **Alta dominância:** $D > \text{Média} + \text{Desvio Padrão}$;
- 2) **Média dominância:** $\text{Média} < D \leq \text{Média} + \text{Desvio Padrão}$;
- 3) **Baixa dominância:** $\text{Média} - \text{Desvio Padrão} < D \leq \text{Média}$;
- 4) **Sem dominância:** $D \leq \text{Média} - \text{Desvio Padrão}$.

Somente após o cálculo da fragmentação do voto pelo índice (N) e da dominância pelo índice (D) que se torna possível construir a taxonomia de votação proposta por Ames (2003), conjugando ambos os vetores horizontal e vertical. Os resultados desta proposta estão descritos na sessão seguinte.

2.5 A distribuição espacial: votos concentrados ou dispersos?

As análises sobre a geografia do voto estiveram tradicionalmente ligadas com a procura de padrões de votação concentrados ou dispersos em determinada região, realidade que se alterou após as contribuições sobre o vetor vertical em Ames (2003). Como visto no capítulo precedente, todas as principais pesquisas nas décadas de 1980 e 1990 sobre este tema buscaram testar as hipóteses da influência do sistema eleitoral na vida política dos representantes através da investigação de votações concentradas ou dispersas. Alguns

problemas conceituais derivaram dessa investigação mais simplista e foram corrigidos a partir do trabalho de Ames e o vetor vertical de votação.

Assim sendo, o objetivo deste capítulo é apresentar os principais achados do levantamento dos dados com o auxílio de algumas estatísticas descritivas. Em primeiro lugar, nesta sessão, os dados referentes à votação espacial serão tratados individualmente, seguido na sessão seguinte pelo vetor dominância. O estudo dos vetores em separado segue os passos de Carvalho (2003) e possibilita uma maior amplitude descritiva dos dados. A última sessão deste capítulo agrega ambos os vetores com o objetivo de identificar as tipologias de votação inauguradas por Ames (2003).

No estado do Piauí a Assembleia Legislativa (ALEPI) é composta de 30 vagas para deputados estaduais que são preenchidas por vários partidos. Já que as regras eleitorais não divergem os candidatos são livres para fazer campanha em qualquer um dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios. Como explicado no início deste capítulo, o cálculo da concentração/dispersão dos votos teve como base o índice de Rae invertido que é uma variável contínua.

A amplitude dos valores encontrados em cada legislatura está na tabela 2 a seguir. Parte do aumento significativo do número de municípios efetivos de 2006 em diante pode ser explicada pelo aumento líquido do número de municípios que cresceu de 118 no início dos anos noventa para 224 em 2014. No entanto, outras hipóteses podem ser levantadas para explicar o aumento dos valores em si do índice N; exercício que foge do escopo desta pesquisa.

Tabela 2: Amplitude do Índice (N) por eleição.

Índice N	1998	2002	2006	2010	2014
Limite Inferior	1,48	1,51	1,86	1,5	1,54
Limite Superior	23,09	23,58	35,08	31,44	34,96

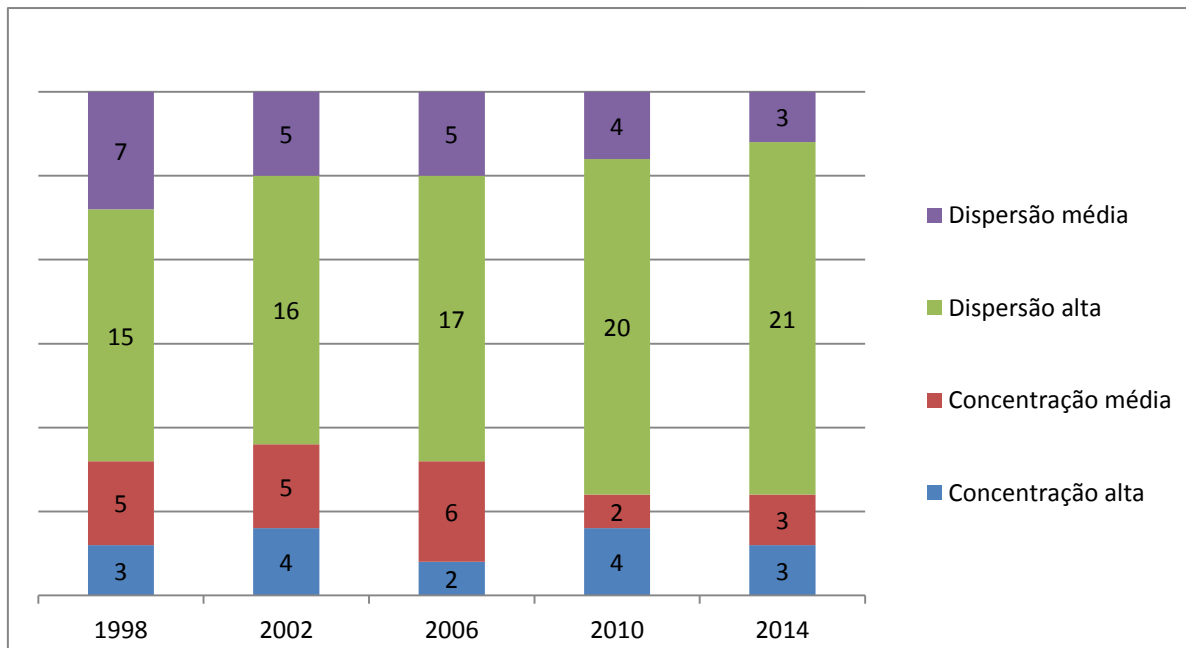
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

O cálculo do índice N levou em consideração os trinta deputados eleitos nos pleitos de 1998 (14ª legislatura – 1999 a 2003), 2002 (15ª legislatura – 2003 a 2007), 2006

(16º legislatura – 2007 a 2011), 2010 (17º legislatura – 2011 a 2015) e 2014 (18º legislatura – 2015 a 2019).

De acordo com os dados compilados no gráfico 1 adiante, o principal tipo de votação dos deputados estaduais é de alta dispersão em contraste com os deputados que concentram sua votação. Em média, quase 60% dos deputados apresentaram votação com alta dispersão enquanto somente 11% tiveram concentração alta. Ao longo da série, o padrão dispersão alta cresceu em detrimento das demais votações, sendo a única faixa de votação com tendência de crescimento no período em questão, enquanto as demais faixas apresentam pouca variação (para baixo) ao longo do tempo.

Gráfico 1: Quantidade de deputados em faixas concentradas e dispersas por pleito (1998-2014).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

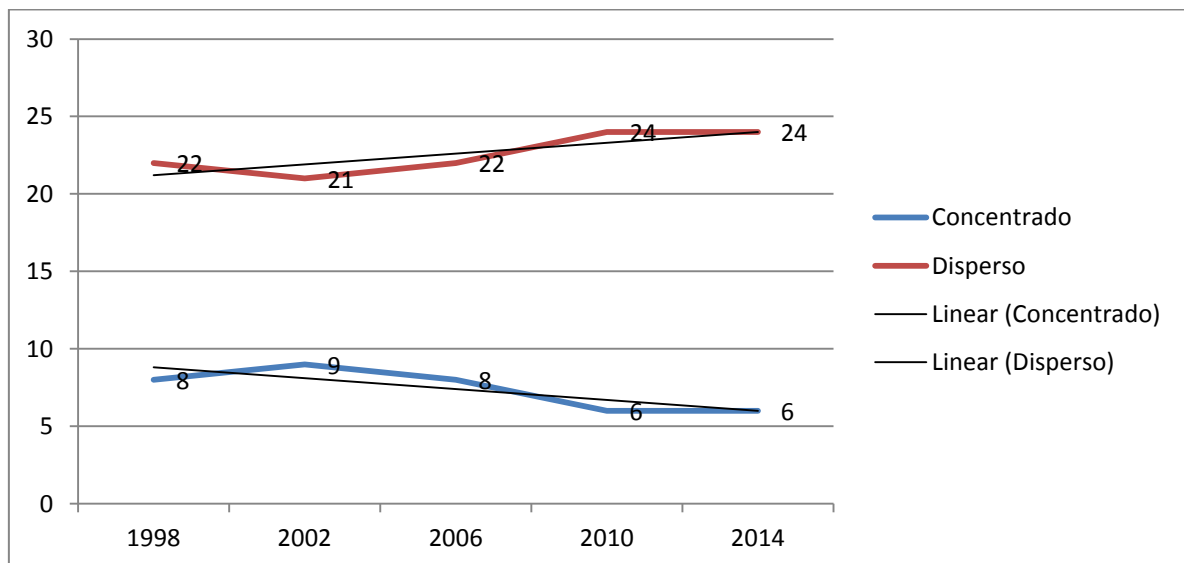
Outra forma de visualizar os dados é agregar as faixas medianas em uma só. Somando-se as faixas de alta e média concentração/dispersão encontra-se a formação desenhada no gráfico 2 adiante. Como esperado, observa-se a preponderância das votações dispersas ante as concentradas com média de 75% dos deputados estaduais apresentando um ou outro tipo de votação dispersa no período.

Traçado uma linha média de tendência é possível verificar pouca variação na série temporal, ou seja, a quantidade de candidatos com votação concentrada ou dispersa pouco se

alterou em relação ao tempo. Isto indica que votações espalhadas por um grande número de municípios é uma lógica suficiente para eleger um deputado estadual no Piauí. Outro modo de enxergar os dados é que este tipo de configuração (predominantemente dispersa) pode ser uma característica do próprio estado.

Estas nuances foram destacadas tanto por Ames (2003) e Carvalho (2003) quando perceberam que há distinções nos padrões de votação entre as regiões do país, pois o argumento é simples: é mais barato fazer campanha e firmar acordos políticos (portanto, dispersar votos) em estados com poucos municípios do que em estados com muitos municípios. Em termos comparativos, o Piauí possui apenas 4% do total de municípios brasileiros com 224 cidades, enquanto que São Paulo e Rio Grande do Sul possuem respectivamente 645 (11%) e 497 (9%) municípios.

Gráfico 2: Quantidade de deputados por faixas de concentração e dispersão agregadas (1998-2014).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Outro argumento que explica a predominância da dispersão é a magnitude dos municípios. Poucas cidades piauienses são capazes de eleger um deputado por si só (desfavorecendo votações concentradas), pois a competição é determinada tanto pelo tamanho do eleitorado no município, como pelo desempenho agregado dos candidatos. Por exemplo, na eleição de 2014 o último candidato elegível recebeu 12.997 (doze mil novecentos e noventa e sete) votos, ao passo que do total de 224 cidades, apenas 35 delas possuem eleitorado com no mínimo 13.000 votantes, ou seja, apenas 15% dos municípios piauienses

seriam capazes de eleger virtualmente⁵¹ um deputado estadual, constatação que se mantém similar nos demais pleitos.

A tabela 3 a seguir traz a frequência dos municípios que apresentaram pelo menos uma votação do tipo concentrada (alta ou média) e reforça o argumento da magnitude eleitoral. De fato, o eleitorado da capital Teresina foi o único que teve claras condições de eleger deputados com votações concentradas sistematicamente, sendo a única cidade aparecendo com tais votações em todos os pleitos. Das nove cidades presentes na tabela 3, somente Teresina apresenta eleitorado maior que 100.000 pessoas em todas as eleições investigadas.

Tabela 3: Municípios que apresentaram pelo menos uma votação do tipo concentrada.

Município/Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Teresina	4	6	5	4	4
Parnaíba	0	1	0	0	1
Picos	0	1	0	0	0
Piripiri	0	0	2	0	1
União	1	0	0	0	0
Barras	1	0	0	0	0
Campo maior	1	0	1	2	0
Oeiras	1	1	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Outro foco de análise é verificar quem são esses candidatos que concentram seus votos e qual o histórico de sua carreira política. Tanto Ames (2003) quanto Carvalho (2003) correlacionaram os históricos da carreira com o tipo de votação na tentativa de identificar possíveis fatores que expliquem os padrões observados. Tal esforço é realizado nesta pesquisa no próximo capítulo.

A tabela 4 adiante demonstra as votações dos deputados nos municípios de melhor desempenho separados por percentuais de votos recebidos. Os dados indicam forte predominância de tais municípios com no máximo 25% de votos conquistados, revelando baixas votações nos seus municípios “de base”. Na média do período, 64% dos eleitos não

⁵¹ Levando em consideração a improvável hipótese de que um candidato absorveria toda a votação do município. Na verdade a quantidade de municípios capazes de eleger um deputado estadual é bem menor que os 15%. Tomando a votação do município e distribuindo ela igualmente entre as 30 cadeiras disponíveis, apenas 5 municípios teriam reais condições de eleger um deputado em 2014: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri ou Floriano, sendo estes municípios capazes de abrigar deputados com votação concentrada (alta ou média).

receberam mais que 25% dos seus votos no seu principal município. Este percentual sobe para 70% considerando o quartil 25% a 50%; em números absolutos 21 deputados conseguem somar no máximo 50% de sua votação no seu município base.

O argumento de que os deputados procurariam concentrar votos, criando assim algum tipo de reduto eleitoral, não encontra sustentação nos dados apresentados. Com uma geografia desta natureza existem poucos incentivos para candidatos com votação circunscrita, favorecendo as campanhas difusas que procuram acordos políticos fora do centro de gravidade da capital.

Tabela 4: Quantidade de deputados e percentual de votos recebidos no município de melhor desempenho.

Faixas (Quartil)	1998	2002	2006	2010	2014
0% a 25%	17	18	18	22	22
25% a 50%	10	8	10	4	6
50% a 75%	2	3	2	3	1
75% a 100%	1	1	0	1	1
TOTAL	30	30	30	30	30

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Por fim, antes de comparar os resultados desta pesquisa com os achados de Neves (2010) para deputado federal, algumas distinções sobre os cargos são necessárias para melhor efeito comparativo. Agrupando os dados para as eleições mais recentes da série⁵² encontra-se que em 2010 houve seis candidatos por vaga com ligeiro aumento para sete candidatos por vaga na Assembleia Legislativa na eleição posterior. Para a Câmara dos Deputados a disputa por uma vaga é um pouco maior com quase nove candidatos por cadeira. Estes resultados contrariam a ideia de que a disputa para a Assembleia é maior⁵³ que na Câmara, seja pela quantidade de vagas em disputa ou pelos custos de campanha envolvidos (SOUZA E RIBEIRO, 2010).

⁵² A utilização de duas eleições é suficiente para cobrir o panorama do mercado eleitoral de ambos os cargos, pois as regras que definem o jogo não se alteraram no período em questão.

⁵³ Em São Paulo, por exemplo, foram 20 candidatos por vaga na Assembleia ante os 18 para a Câmara em 2014. No Rio Grande do Sul foram 12 candidatos/vaga para deputado estadual contra 10 por vaga para deputado federal. Já no Ceará foram 12 concorrentes por vaga na Assembleia e 8 por vaga na Câmara. Dados coletados no TSE.

Tabela 5: Candidatos por vaga nas eleições legislativas (2010 e 2014).

Cargo	2010		2014	
	Concorrentes	Concorrência/Vaga	Concorrentes	Concorrência/Vaga
Deputado Estadual	184	6,1	226	7,5
Deputado Federal	87	8,7	88	8,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Levando em consideração as eleições entre 1998 e 2014, em média foram necessários 28.117 (vinte e oito mil cento e dezessete) e 94.007 (noventa e quatro mil e sete) votos para eleger um deputado estadual e federal respectivamente. No entanto, a tabela 6 mostra que a faixa de dispersão alta continua como a principal para ambos os cargos e a divergência conta apenas com a ausência de ocorrências nas faixas intermediárias⁵⁴. Muito embora existam três vezes mais vagas para o cargo de deputado estadual, não há diferenças significativas entre os cargos com relação aos padrões concentrado e disperso. Portanto, a natureza do cargo não é um fator significativo para explicar os padrões de votação em relação ao vetor horizontal, mesmo levando em consideração que são necessários menos votos para eleger um deputado estadual – e hipoteticamente menos dispersão seria necessária - em comparação aos deputados federais.

Tabela 6: Comparação entre deputados estaduais e federais por faixa de votação.

FAIXA	Deputados Estaduais			Deputados Federais		
	1998	2002	2006	1998	2002	2006
Concentração Alta	10%	13,33%	6,66%	10%	10%	20%
Concentração media	16,66%	16,66%	20%	0%	0%	0%
Dispersão alta	50%	53,33%	56,66%	90%	90%	80%
Dispersão media	23,33%	16,66%	16,66%	0%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do TRE/PI e Neves (2010).

A análise completa sobre a geografia do voto necessita do vetor vertical de dominação, e como já dito no primeiro capítulo, este vetor pode ser compreendido como a

⁵⁴ Neves (2010) realizou pesquisa com as eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006. Assim sendo, a tabela 6 leva em consideração apenas os pleitos em comum para efeitos comparativos. A Câmara dos Deputados no Piauí conta com 10 cadeiras ante as 30 disponíveis para a Assembleia Legislativa.

força política que o deputado exerce nos municípios que destinam votos a ele. A sessão seguinte apresenta os dados encontrados nesta análise.

2.6. O vetor vertical: a força política dos deputados estaduais

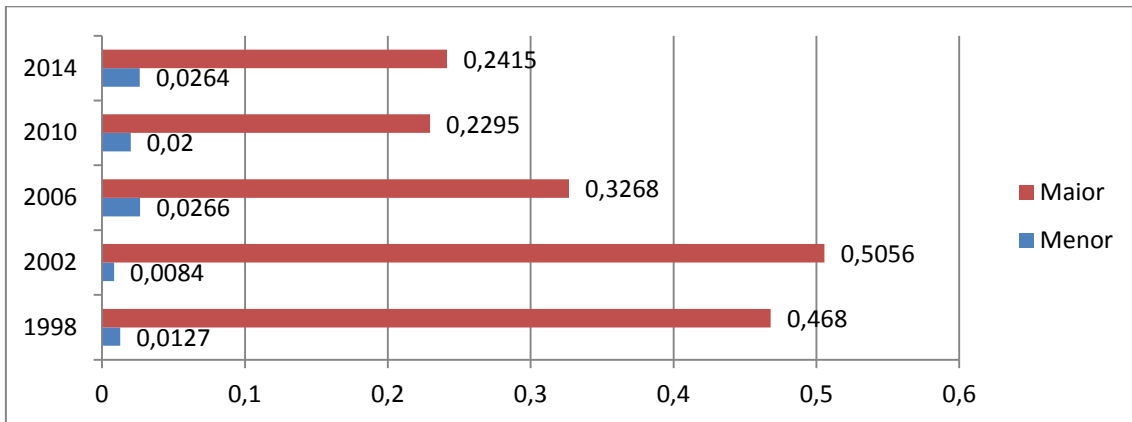
Os deputados estaduais dominam ou compartilham a votação pelo estado? O vetor vertical de dominação apresenta um novo *frame* de análise para a geografia do voto. Este conceito apresentado no trabalho de Ames mostra o quanto da votação dada em determinado município é destinada a um candidato levando em consideração a votação dada para todos os outros concorrentes em todo o estado. Quanto maior a dominância, maior a força política e o capital necessário para absorver maior parte dos votos. De fato, como mencionado no primeiro capítulo, são os deputados de votação dominante aqueles que podem ser considerados os “distritáveis”, em outras palavras, aqueles que conseguem evitar a competição por uma vaga na Câmara (CARVALHO, 2003).

A operacionalização⁵⁵ do índice de dominância leva em consideração a média e o desvio padrão⁵⁶ para elaborar faixas de dominância e dar algum sentido político aos dados. Para exemplificar tomemos a eleição de 2014: calculando individualmente a dominância dos deputados pela operacionalização de Carvalho (2013), a média do índice dos trinta deputados é 0,1282 e partir dela é obtido o desvio padrão de 0,0548. Portanto, um deputado sem dominância apresenta índice menor que 0,0734 (média - desvio padrão); baixa dominância com índice entre 0,0734 e 0,1282 (média); média dominância com a variação do índice entre 0,1282 e 0,183 (média + desvio padrão) e alta dominância com valores maiores que 0,183.

Os valores máximo e mínimo de cada pleito estão no gráfico adiante. Percebe-se uma diminuição para o limite superior e relativa estabilidade para os limites inferiores. Novamente o aumento no número de municípios parece ter influência nos dados, uma vez que com mais municípios cresce a dificuldade de manter a dominância pelo estado devido a necessidade de fazer novos acordos políticos. No entanto, como os parâmetros para elaborar as faixas dependem da situação de cada legislatura, essa diminuição não significa necessariamente uma redução das faixas de alta dominância.

⁵⁵ Ver sessão 2.4 neste capítulo.

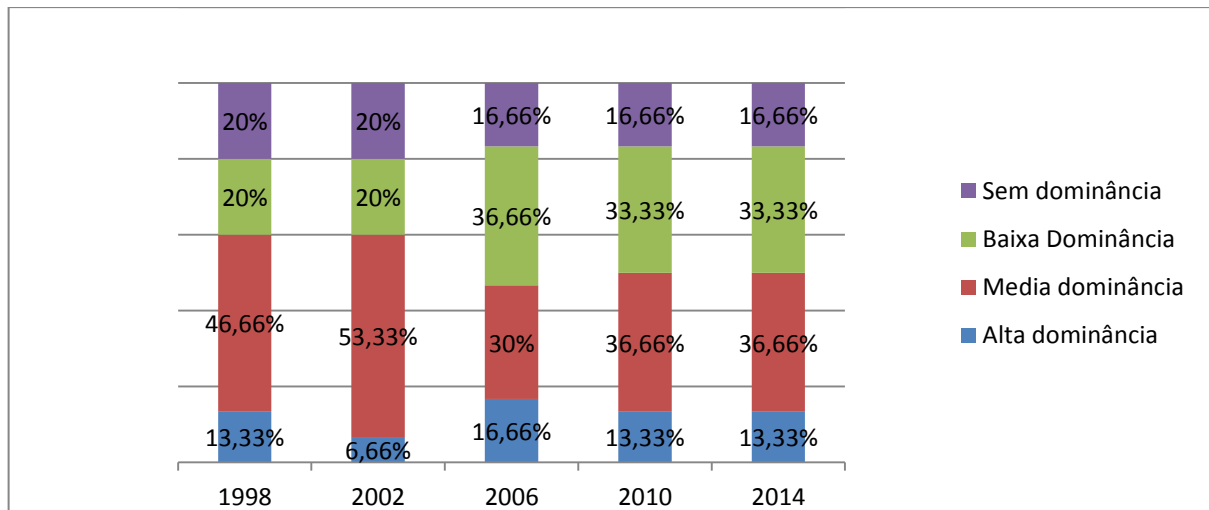
⁵⁶ O desvio padrão mede a dispersão dos dados. Quanto mais próximo de zero, mais homogêneos são os dados. O desvio padrão é dado por: $DP = \sqrt{\sum (xi - m)^2 / n}$, onde xi é o valor do índice de dominância, m é a média do índice de dominância da eleição e $n=30$ é o tamanho da amostra.

Gráfico 3: Amplitude do índice de dominância (D) por pleito.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Isto fica mais evidente ao verificar os padrões de dominância ao longo do tempo como no gráfico 4. Os resultados mostram que a faixa de média dominância foi predominante em relação ao total e seguida pelos deputados com baixa dominância, achados consoantes com a significativa redução de 23% entre 2002 e 2006, mesmo período em que deputados com baixa dominância aumentaram 16%.

Registra-se também que há mais deputados sem dominância do que deputados com alta dominância e ambas as faixas se mantiveram relativamente estáveis no período, com exceção do ano de 2002 para deputados com alta dominância. Estes achados, por sua vez, não são similares aos de Carvalho que encontra mais deputados com alta dominância do que deputados sem dominância alguma.

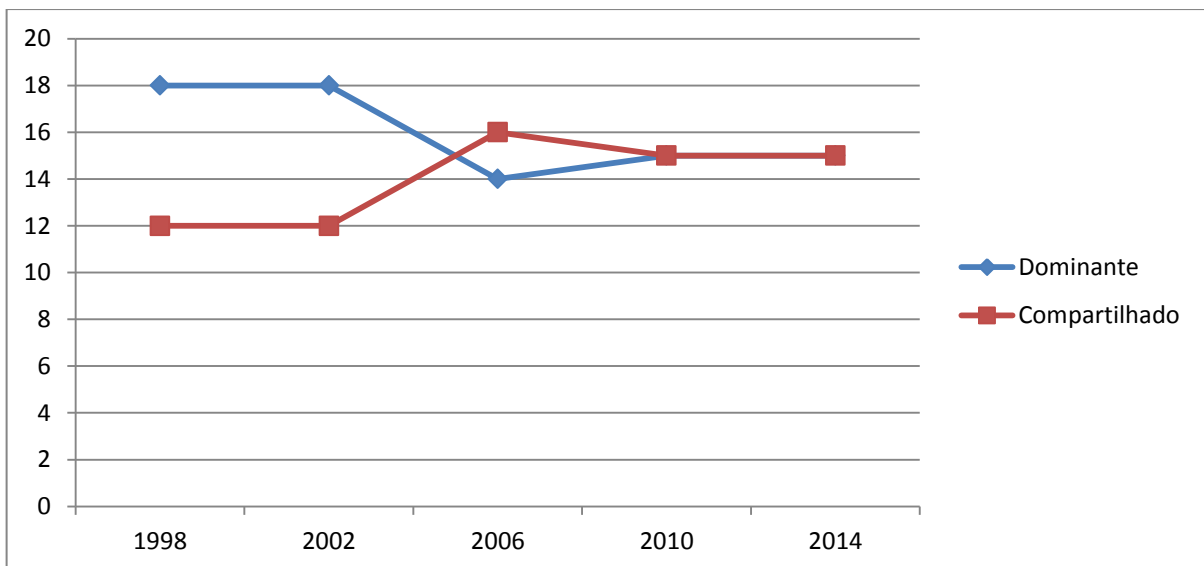
Gráfico 4: Distribuição percentual das faixas de dominância por eleição (1998-2014).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Entretanto, assim como feito no vetor horizontal, uma forma elucidativa de análise é agregar as faixas em uma só a partir do ponto médio: deputados de alta e média dominância classificados como dominantes e deputados com média ou sem dominância considerados não dominantes (ou compartilhados).

O gráfico 5 contém os dados agregados e apresenta algumas informações importantes. Nos dois primeiros anos da série constam mais deputados que dominam os municípios em detrimento daqueles que geralmente compartilham a votação total. Em 1998 e 2002 eram 18 deputados com votação dominante em oposição aos outros 12 não dominantes. A partir de 2006 muda a lógica e deputados com votação compartilhada ultrapassam a quantidade de deputados dominantes, igualando-se nos dois últimos pleitos.

Gráfico 5: Número de deputados dominantes e compartilhados por pleito (1998-2014).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Estes dados trazem alguns achados interessantes levando em consideração a literatura⁵⁷. Ames (2003) observa que deputados nordestinos tendem a dominar os municípios em que recebem votos, muito embora as votações deste tipo tenham diminuído em seu período de análise em todas as regiões do país. No caso desta pesquisa, verifica-se que a superioridade da dominância ocorreu apenas nas duas primeiras eleições quando 60% dos deputados estaduais dominavam os municípios que destinavam votos a eles. A partir de 2006 houve um declínio destas votações seguidas de um aumento dos deputados não-dominantes

⁵⁷ Vale lembrar que tanto Ames e Carvalho pesquisaram a geografia do voto dos deputados federais, e não os estaduais. Ames levou em consideração as eleições entre 1978 e 1994 e Carvalho apenas os pleitos de 1994 e 1998.

até igualar a contagem. Em parte estes dados contradizem os achados de Ames de que há forte tendência dos deputados para dominar os municípios, pois há de fato certo equilíbrio entre os dois tipos de votação a partir de 2006. Porém, corrobora a conjuntura de queda da dominância no agregado nacional.

Carvalho (2003) encontra padrões mais estáveis de dominância nas duas legislaturas pesquisadas. Observa que, em média, 68% dos deputados federais nordestinos possuem votação dominante; cerca de 20% maior que a média nacional. Como os resultados das regiões variaram pouco de uma legislatura para outra o autor objeta que “essa estabilidade sugere que, de novo, podemos estar diante de padrões perenes, estáveis no tempo e não diante de eventos aleatórios” (CARVALHO, 2003, p. 101).

Entretanto, os dados desta pesquisa não corroboram a perenidade da dominância encontrada pelo autor para deputado federal; de fato houve diminuição da dominância e aumento do compartilhamento ao longo do período na Assembleia Legislativa do Piauí. Além disto, a média de deputados federais dominantes em torno de 68% é significativamente maior que os achados mais equilibrados para deputado estadual neste trabalho: 53% de dominação e 47% de compartilhamento na média do período.

Logo, é seguro afirmar que ambos os tipos de votação são igualmente eficientes em termos eleitorais e a força política do candidato – sua dominância – não é uma condição *sine qua non* para ganhar eleições no estado. Mais uma vez, assim como no vetor horizontal, a configuração territorial aparenta ter grande influência nos padrões de votação, ou seja, a *estratégia* individual de campanha é muito mais reativa em relação às condições geográficas do que uma ação planejada por cada candidato.

Outro pressuposto presente tanto em Ames (2003) quanto Carvalho (2003) é de que deputados com maior atuação na capital tendem a compartilhar seus votos ao passo aqueles com destaque no interior tendem a dominar tais localidades. Segundo os resultados desta pesquisa, este padrão também é verificável para o caso dos deputados estaduais no Piauí⁵⁸. Como sugere a tabela a seguir, em todos os anos analisados verificam-se mais deputados de votação dominante no interior em face do compartilhamento das capitais, aproximando o quadro da Câmara com o da Assembleia.

⁵⁸ Um deputado de capital foi assim classificado caso seu município de melhor desempenho tenha sido Teresina. Carvalho (2009) sugere que tal classificação seja dada para aqueles candidatos com pelo menos 50% de sua votação na capital. Porém, levando em consideração a geografia piauiense, adotar o município de melhor desempenho como parâmetro para esta classificação não altera significativamente o quadro em questão.

Tabela 7: Quantidade de deputados estaduais dominantes e compartilhados em relação à disjuntiva Capital x Interior.

Ano/ Tipo votação	1998		2002		2006		2010		2014	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Dominante	3	14	7	11	3	12	4	11	6	9
Compartilhado	8	5	10	2	14	1	13	2	14	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Propõe-se aqui uma comparação com os deputados federais piauienses na tabela a seguir tal como feito para a dispersão dos votos⁵⁹. Os dados esclarecem que no período comparado a dominação não apresenta divergências significativas entre os cargos. Os eleitos para a Câmara dos Deputados foram mais dominantes em duas eleições (2002 e 2006), resultado similar para a Assembleia com maioria dominante em dois dos três pleitos investigados (1998 e 2002), aproximando a trajetória da dominância para ambos os cargos.

Tabela 8: Comparação percentual entre deputados estaduais e federais dominantes ou compartilhados (1998, 2002 e 2006).

Ano/Tipo Votação	1998		2002		2006	
	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal
Dominante	60%	50%	60%	70%	47%	60%
Compartilhado	40%	50%	40%	30%	53%	40%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI e Neves (2010).

Muito embora em 1998 o resultado tenha sido equilibrado para os deputados federais, a pesquisa de Neves (2010) engloba a eleição de 1994 na proporção de 60% de deputados dominantes ante aos compartilhados. Portanto, os deputados federais são mais dominantes ao longo do tempo. Tal similaridade entre os cargos só se mantém nas eleições em comum, uma vez que a trajetória da dominância na Assembleia cai justamente a partir de 2006 quando o número de eleitos com votação compartilhada começa a aumentar. Por conseguinte, estes dados salientam que a trajetória de queda da dominância exposta em Ames (2003) não se aplica inteiramente aos deputados federais, aproximando o quadro da Câmara

⁵⁹ Ver nota 50.

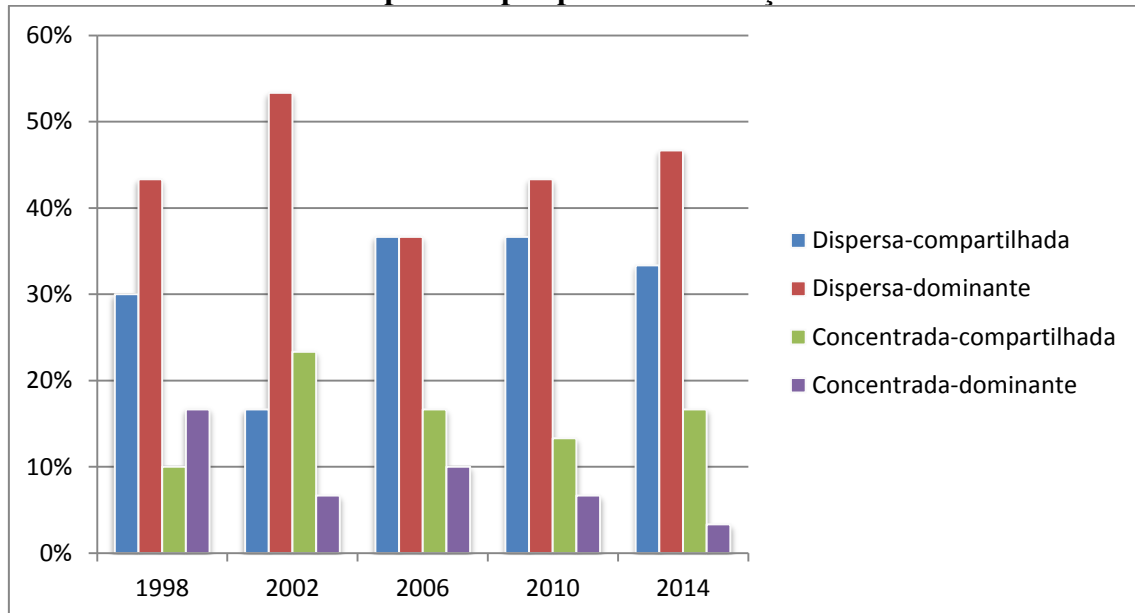
com os achados de Carvalho (2003), enquanto que os dados relativos à Assembleia estão mais próximos da pesquisa de Ames.

A sessão a seguir versa sobre a união dos vetores horizontal e vertical, permitindo a análise completa e a possibilidade de identificar as tipologias de votação segundo os critérios vistos em Ames (2003).

2.7. Os padrões de votação na Assembleia Legislativa do Piauí

Conjugando ambos os vetores encontram-se quatro perfis de votação como descritos no capítulo I. O gráfico a seguir compila os dados da pesquisa e revela que o padrão disperso-dominante é a principal tipologia exercida pelos deputados estaduais com uma média de frequência em torno dos 44% em toda a série. Em seguida aparecem os deputados com padrão disperso-compartilhado com média na série aproximada de 31%, enquanto que os padrões concentrado-compartilhado e concentrado-dominante são menos frequentes no período em questão com 16% e 9% de frequência média respectivamente.

Gráfico 6: Percentual de deputados por padrão de votação.



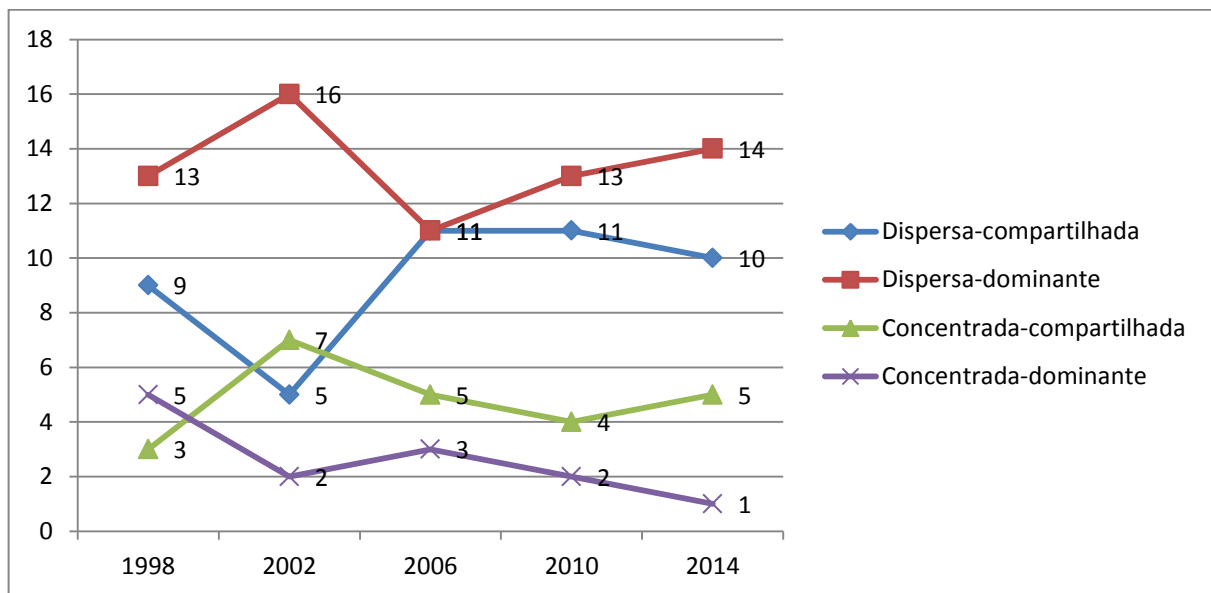
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

O gráfico 7 a seguir melhor demonstra as variações de crescimento ao longo do tempo dos padrões de votação. Como visto na sessão anterior, o ano de 2006 foi marcado por uma sistemática queda na dominância eleitoral que está refletida pelo encurtamento das distâncias entre as votações dispersas-dominantes e dispersas-compartilhadas a partir deste

ano. De fato nenhum dos perfis logrou um crescimento linear na série, com exceção do padrão disperso-compartilhado que aumentou e estabilizou-se a partir de 2002. No geral, pouca variação pode ser atribuída na série temporal com a exceção da eleição de 2002 marcada por maiores oscilações nos padrões. O que se observa é uma significativa estabilidade dos perfis de votação ao longo do tempo, o que indica que o padrão recorrente no estado é o disperso-dominante.

Desta maneira, os resultados para deputado estadual não encontram ressonância nos achados de Ames (2003) e se aproximam muito mais das requalificações realizadas por Carvalho (2003). Estes dados corroboram que a geografia eleitoral brasileira produz incentivos igualmente fortes para os perfis dispersos-dominantes. Na verdade, as votações do tipo concentrado-dominante são as menos frequentes em todos os anos analisados e estes achados não sustentam o estereótipo eleitoral dos deputados traçado por Ames na sua pesquisa.

Gráfico 7: Evolução dos padrões de votação entre as eleições 1998-2014.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Os dados da tabela seguinte unem os vetores de votação de forma desagregada. É possível observar que apenas os padrões concentração alta/baixa dominância e concentração alta/média dominância não obtiveram nenhuma ocorrência nas cinco eleições investigadas.

O perfil dispersão alta/média dominância figura como o mais recorrente chegando à média de 25% na série. Os deputados de perfil altamente concentrado com alta dominância

(aqueles considerados teoricamente fortes na disputa eleitoral) praticamente não aparecem com apenas uma ocorrência em 2006.

Tabela 9: Frequência de observação dos padrões de votação em faixas desagregadas.

Ano/Perfil Votação	1998	2002	2006	2010	2014
Concentração média/Baixa dominância	0 (0%)	2 (6,66%)	2 (6,66%)	0 (0%)	1 (3,33%)
Concentração média/Alta dominância	2 (6,66%)	1 (3,33%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Concentração média/Média dominância	3 (10%)	1 (3,33%)	2 (6,66%)	2 (6,66%)	1 (3,33%)
Concentração média/Sem dominância	0 (0%)	1 (3,33%)	2 (6,66%)	0 (0%)	1 (3,33%)
Concentração alta/Baixa dominância	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Concentração alta/Alta dominância	0 (0%)	0 (0%)	1 (3,33%)	0 (0%)	0 (0%)
Concentração alta/Média dominância	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Concentração alta/Sem dominância	3 (10%)	4 (13,33%)	1 (3,33%)	4 (13,33%)	3 (10%)
Dispersão média/Baixa dominância	2 (6,66%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)	2 (6,66%)
Dispersão média/Alta dominância	0 (0%)	0 (0%)	1 (3,33%)	0 (0%)	1 (3,33%)
Dispersão média/Média dominância	3 (10%)	4 (13,33%)	2 (6,66%)	3 (10%)	0 (0%)
Dispersão média/Sem dominância	2 (6,66%)	0 (0%)	1 (3,33%)	0 (0%)	0 (0%)
Dispersão alta/Baixa dominância	4 (13,33%)	3 (10%)	8 (26,66%)	9 (30%)	8 (26,66%)
Dispersão alta/Alta dominância	2 (6,66%)	1 (3,33%)	3 (10%)	4 (13,33%)	3 (10%)
Dispersão alta/Média dominância	8 (26,66%)	11 (36,66%)	5 (16,66%)	6 (20%)	9 (30%)
Dispersão alta/Sem dominância	1 (3,33%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)
TOTAL	30 (100%)	30 (100%)	30 (100%)	30 (100%)	30 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Os resultados apresentados até aqui respondem a pergunta de partida desta pesquisa e confirmam algumas das hipóteses delineadas na introdução do trabalho. Partiu-se do princípio de que o perfil disperso-dominante seria a principal configuração no estado e que não haveria diferenças significativas entre os cargos de deputado federal e estadual, pois ambos estão regidos pelas mesmas regras eleitorais.

A tabela 10 reforça esse pressuposto ao mostrar que há pouca diferença entre os padrões de votação para os cargos. Os padrões disperso-dominante e disperso-compartilhado são as principais tipologias para a arena legislativa piauiense e a faixa de concentração com dominância é pouco significativa na Assembleia e sem significância alguma na Câmara.

Tabela 10: Comparação percentual entre deputados estaduais e federais por perfil de votação (1998, 2002 e 2006).

Ano/Perfil	1998		2002		2006	
	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal
Disperso-dominante	43,33%	50%	53,33%	70%	36,66%	60%
Disperso-compartilhado	30%	40%	16,66%	10%	36,66%	20%
Concentrado-compartilhado	10%	10%	23,33%	20%	16,66%	20%
Concentrado-dominante	16,66%	0%	6,66%	0%	10%	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI e Neves (2010).

As demais hipóteses delineadas na introdução são tratadas no capítulo III seguinte e levam em consideração que a carreira política e os partidos de filiação eleitoral influenciam nos padrões de votação dos deputados estaduais assim como dos deputados federais.

CAPÍTULO III

PADRÕES DE VOTAÇÃO, TRAJETÓRIA POLÍTICA E PARTIDOS

3.1. Características gerais dos padrões de votação e a trajetória política

Os deputados estaduais mais longevos possuem algum padrão de votação recorrente? A trajetória política do deputado está associada com alguma tipologia de votação específica? A posição ideológica do seu partido correlaciona-se com algum padrão de votação específico? Estas são algumas das perguntas que este capítulo busca responder levando em consideração os pressupostos apresentados na introdução do trabalho. Como mencionado, tais hipóteses encontram respaldo principalmente nos trabalhos de Ames (2003) e Carvalho (2003) e são aqui utilizadas com o objetivo de averiguar se os mesmos resultados destes autores replicam-se para os deputados estaduais piauienses.

Esta sessão apresenta resumidamente as principais características associadas aos padrões de votação levando em consideração sua trajetória política. Tanto Ames quanto Carvalho convergem em relação às tendências gerais destas características e suas análises são complementares. O quadro 1 resume os apontamentos de ambos os autores ao correlacionar os padrões de votação e a trajetória política esperada.

Quadro 1: Padrão de votação e trajetória política do deputado*.

Padrão de Votação	Características do candidato
Disperso-Compartilhado	<ul style="list-style-type: none"> • Candidatos que se reportam a eleitorados poucos expressivos, no entanto fiéis. Dispersam-se entre vários municípios em busca destes eleitores; • Candidatos que se fixam em nichos ideológicos. Ex: Apoio a pena de morte; • Candidatos longevos na Assembleia ou com cargos em secretarias de natureza não clientelística.
Concentrado-Compartilhado	<ul style="list-style-type: none"> • Candidatos de áreas metropolitanas. Certos setores do eleitorado são grandes o suficiente para eleger muitos deputados. Sua magnitude, porém, impedem de ser dominados; • Candidatos geralmente ligados a clivagens sociais tradicionais. Ex:

	<p>Causa trabalhista, Meio ambiente e etc;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abriga também candidatos novatos sem experiência política prévia.
Disperso-Dominante	<ul style="list-style-type: none"> • Candidatos que fazem amplos acordos políticos com líderes locais em todo o estado; • Já ocuparam algum cargo na administração estadual. Ex: Secretário de Saúde. • Candidato concorrendo à reeleição na Assembleia.
Concentrado-Dominante	<ul style="list-style-type: none"> • Pertence à alguma família tradicional; • Iniciou a carreira exercendo cargos locais. Ex: Sindicalista ou presidente de associação de bairro; • Mantém relações clientelísticas com o eleitorado; • Exerceram cargo de prefeito ou vereador.

Fonte: Elaboração própria com base em Ames (2003) e Carvalho (2003).

*A construção destas características levou em consideração apenas aquelas que se adequam ao caso dos deputados estaduais.

No intuito de esclarecer tais relações alguns exemplos de deputados estaduais piauienses são listados adiante de acordo com a tipologia de votação⁶⁰:

a) Disperso-compartilhado (D/C):

O deputado Luciano Nunes Santos Filho do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) galgou votações do tipo disperso-compartilhada nas eleições de 2006, 2010 e 2014. Em 2010 assumiu a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (SEMA), foi secretário municipal de governo na terceira e quarta gestão de Firmino Filho e é atualmente o presidente regional do partido. É herdeiro político do pai Luciano Nunes Santos⁶¹ que foi deputado estadual em três ocasiões e ex-presidente da ALEPI.

Em todas as eleições para deputado estadual que disputou teve Teresina como município de maior votação com média de 25% de seus votos ali recebidos. Em 2002 o deputado logrou votação do tipo concentrado-compartilhado quando não havia exercido

⁶⁰ Todas as informações biográficas apresentadas neste trabalho são retiradas do sítio eletrônico da ALEPI, do TSE ou de jornais de grande circulação no estado.

⁶¹ Disponível em < <http://www.tce.pi.gov.br/institucional/composicao/conselheiro-luciano-nunes-santos/>>. Acesso em 06/02/2018.

nenhum dos cargos mencionados anteriormente sendo estreante na política. O perfil do deputado é um claro exemplo das características para votações disperso-compartilha de Ames: é ao mesmo tempo um deputado longo e que teve cargo em secretaria de perfil mais técnico como a SEMA, pois se projetou para todo o estado ao destacar-se como uma figura de liderança partidária.

b) Concentrado-compartilhado (C/C):

O próprio deputado Luciano Nunes (PSDB) obteve tal padrão em 2002 quando era estreante na política e não tinha exercido ainda nenhum dos cargos mencionados. Neste tipo de votação é comum encontrar candidatos estreantes que não têm força para dominar os municípios disputados. Carvalho (2003) encontra que pelo menos 14% dos deputados federais no país situados neste tipo de votação foram estreantes na eleição de 1994 e que esta é a tipologia de votação que abriga os menores índices de deputados com alguma experiência política prévia.

Já o deputado Gessivaldo Isaias (PRB) possui experiência política prévia como deputado federal e já atuou como radialista, professor e pastor evangélico na capital. Na eleição de 2014 logrou 48% de seus votos na capital Teresina. É ligado as clivagens tradicionais da educação e o combate as drogas. Sua trajetória política converge com os achados de Ames e Carvalho: é um candidato eminente de área metropolitana (e neste caso somente a capital Teresina tem esse status) que dificilmente é dominada.

c) Disperso-dominante (D/D):

Nas eleições entre 2006 e 2014 o deputado José Icemar Lavor Néri (PTB) apresentou votação disperso-dominante com principal área de atuação o município de picos. É herdeiro político do pai José Neri de Sousa conhecido por ser empresário da região que também se elegeu deputado estadual e prefeito daquele município. Lavor Néri foi secretário de turismo no governo Wilson Martins e secretário de desenvolvimento econômico no governo de Wellington Dias. Sua primeira disputa foi marcada pelo padrão concentrado-dominante, herdando a principio as bases do pai (este sofreu diversos processos judiciais por crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e desvio de verbas). O perfil do deputado do PTB converge com as características de votações dispersas e dominantes: projetou-se através dos cargos de secretariado e obtém capital político suficiente para fechar acordos ao longo do estado, amparado pela trajetória política do pai.

O deputado Wilson Brandão também é um clássico exemplo de perfil disperso-dominante. É longo dentro da ALEPI e já atuava como deputado estadual antes do pleito de 1998, além de ter exercido cargo na secretaria de Justiça entre 2001 e 2003 e ter sido secretário de governo na gestão de Wilson Martins. É também conhecido por sua figura de liderança partidária no antigo PFL e dentro da Assembleia Legislativa (vice-presidente entre 2009 e 2011).

d) Concentrado-dominante (C/D):

Um exemplo deste tipo de votação é o deputado Paulo César Martins (PT). Oriundo do município de Campo Maior elegeu-se deputado estadual em 2010. Notabilizou-se localmente por ser um micro empresário da região e ter presidido a Associação Comercial de Campo Maior entre 2002 e 2006. Disputou a prefeitura da cidade nos pleitos de 2004 e 2008 onde não logrou êxito, mas ganhou a disputa municipal em 2012. Muito embora não pertença a uma família tradicional da região, obteve votação naquele município em torno de 39% apresentando forte dominância na cidade: índice D igual a 0,13 comparado com o índice total do deputado de 0,19.

3.2. Os deputados de carreira na ALEPI

Depois destes exemplos busca-se investigar mais detidamente o grupo de deputados com reeleições no período analisado. Tais deputados serão denominados aqui de “carreiristas” quando vencem pelo menos três pleitos disputados⁶². A tabela 12 da página seguinte segue os moldes observados em Neves (2010) agrupando tais deputados e suas respectivas eleições vencidas. Foram encontrados 16 (dezesesseis) deputados de carreira na Assembleia Legislativa do Piauí indicando que mais da metade das trinta cadeiras existentes são disputadas por nomes recorrentes.

Os deputados mais longevos que venceram todas as eleições constituem a menor parte do grupo com quatro nomes, seguido pelos deputados que venceram três pleitos (cinco nomes) e a maioria daqueles que fizeram carreira ganharam quatro das cinco eleições

⁶² Este corte de três eleições é inevitavelmente arbitrário. Não há na literatura indicações precisas sobre o que pode ser considerado um deputado de carreira e as tipologias de “ambição progressiva” e “ambição estática” apresentada por Leoni, Pereira e Rennó (2003) não se adequam ao objetivo desta pesquisa. Portanto, consideramos que um deputado estadual de carreira é aquele que sistematicamente concorre à Assembleia Legislativa e ganhou pelo menos mais da metade das eleições aqui analisadas, ou seja, pelo menos três dos cinco pleitos.

pesquisadas aparecendo sete vezes. Logo, que tipo de votação logra esse grupo de deputados estaduais? Há algum padrão recorrente ou não? A partir da tabela 11 é possível verificar se algumas das hipóteses presentes em Ames (2003) e Carvalho (2003) sustentam-se para o caso de deputados estaduais.

Tabela 11: Deputados estaduais de carreira e eleições vencidas.

Eleições vencidas	1998	2002	2006	2010	2014
5 eleições	Edson Castro	Edson Castro	Edson Castro	Edson Castro	Edson Castro
	Fernando Monteiro	Fernando Monteiro	Fernando Monteiro	Fernando Monteiro	Fernando Monteiro
	Themistocles Sampaio	Themistocles Sampaio	Themistocles Sampaio	Themistocles Sampaio	Themistocles Sampaio
	Wilson N. Brandão	Wilson N. Brandão	Wilson N. Brandão	Wilson N. Brandão	Wilson N. Brandão
4 eleições	Juraci Leite	Juraci Leite	Juraci Leite	Juraci Leite	-
	-	Hélio Isaías	Hélio Isaías	Hélio Isaías	Hélio Isaías
	Henrique Rebelo	Henrique Rebelo	Henrique Rebelo	Henrique Rebelo	-
	-	José Neri	José Neri	José Neri	José Neri
	Kléber Eulálio	Kléber Eulálio	Kléber Eulálio	Kléber Eulálio	-
	-	Luciano Nunes	Luciano Nunes	Luciano Nunes	Luciano Nunes
Warton Santos	Warton Santos	Warton Santos	Warton Santos	-	
3 eleições	-	Flora Izabel	Flora Izabel	-	Flora Izabel
	José Roncali	José Roncali	José Roncali	-	-
	-	-	Marden Menezes	Marden Menezes	Marden Menezes

	Mauro Tapety	Mauro Tapety	Mauro Tapety	-	-
	-	-	Robert Rios	Robert Rios	Robert Rios

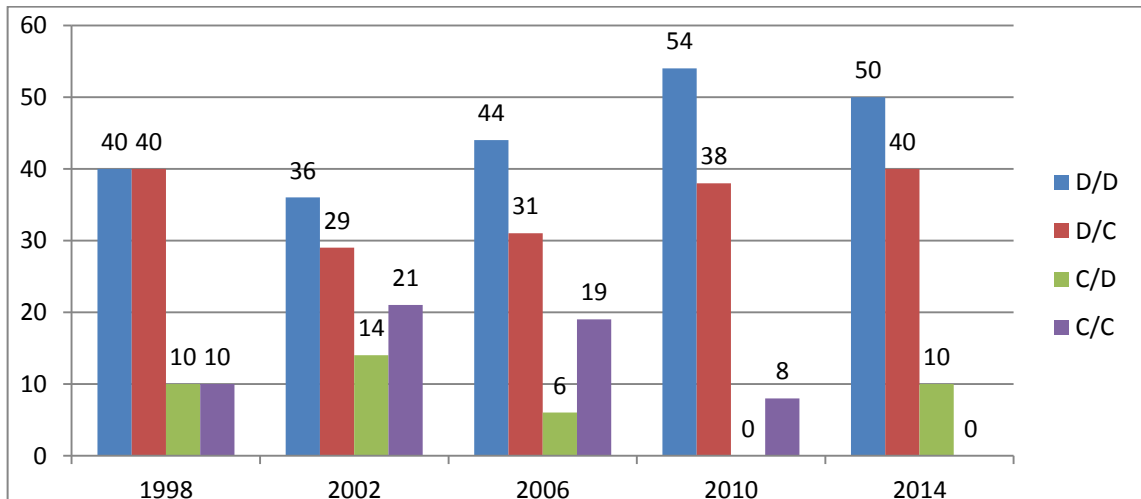
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Em 1998 dez deputados carreiristas apareceram sendo quatro deputados de perfil disperso-dominante e outros quatro dispersos-compartilhados, restando apenas uma observação concentrado-dominante e concentrado-compartilhado cada. Na eleição seguinte quatorze deputados de carreira apareceram distribuídos em cinco perfis dispersos-dominantes, quatro dispersos-compartilhados, dois de configuração concentrada-dominante e outras três concentrada-compartilhada.

Já na eleição de 2006 sete deputados tiveram votação dispersa-dominante, cinco perfis do tipo disperso-compartilhado, uma ocorrência concentrado-dominante e outras três concentradas-compartilhadas totalizando os dezesseis carreiristas. Em 2010 registraram-se treze deputados de carreira distribuídos em sete padrões do tipo disperso-dominante, cinco disperso-concentrado, uma ocorrência concentrado-compartilhado e nenhuma aparição do tipo concentrada-dominante.

Por fim, a última eleição em 2014 abrangeu dez deputados carreiristas alocados em cinco ocorrências dispersas-dominantes, quatro dispersas-compartilhadas, nenhum perfil concentrado-compartilhado e apenas uma votação concentrada-dominante. O gráfico 8 sumariza a porcentagem de perfis de votação em cada eleição para os deputados de carreira.

Gráfico 8: Porcentagem dos padrões de votação para deputados de carreira.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Aparece em destaque que tais deputados na Assembleia Legislativa possuem na maioria votações de perfil disperso-dominante e disperso-compartilhado, dado esperado levando em consideração as hipóteses para o conjunto dos deputados. De fato, em média 45% dos deputados galgaram votação disperso-dominante e 36% de votação disperso-compartilhado.

Porém, fica evidente que dispersar votos é uma condição muito mais recorrente do que propriamente dominar os municípios para o caso dos deputados de carreira, uma vez que as votações compartilhadas e dominantes são igualmente relevantes para este grupo de deputados.

Diante deste resultado é importante descrever a evolução dos padrões de votação de cada deputado carreirista, pois tal esforço permite observar se alterações na tipologia de votação estão associadas a algumas das hipóteses de Ames (2003) e Carvalho (2003). Tomando como base a tabela 11 anterior, construímos a tabela 12 adiante para demonstrar a evolução individual da tipologia de votação de cada um dos deputados de carreira identificados.

Tabela 12: Evolução das tipologias de votação dos deputados carreiristas.

Eleições vencidas	Deputado	1998	2002	2006	2010	2014
5 Eleições	Edson Castro	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante
	Fernando Monteiro	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Dominante
	Themistocles Sampaio	Disperso Compartilhado	Disperso Dominante	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado
	Wilson N. Brandão	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante
4 Eleições	Juraci Leite	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Não disputou
	Hélio Isaías	Não disputou*	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Dominante
	Henrique Rebelo	Concentrado Compartilhado	Concentrado Compartilhado	Concentrado Compartilhado	Concentrado Compartilhado	Suplente
	José Neri	Não disputou	Concentrado Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante
	Kléber Eulálio	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Não disputou
	Luciano Nunes	Não disputou	Concentrado Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado
	Warton Santos	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Disperso Compartilhado	Não disputou
3 Eleições	Flora Izabel	Suplente	Concentrado Compartilhado	Concentrado Compartilhado	Suplente	Disperso Compartilhado

	José Roncali	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Disperso Dominante	Suplente	Não disputou
	Marden Menezes	Não venceu*	Suplente	Concentrado Dominante	Disperso Dominante	Concentrado Dominante
	Mauro Tapety	Concentrado Dominante	Concentrado Dominante	Disperso Dominante	Suplente	Suplente
	Robert Rios	Não disputou	Não disputou	Concentrado Compartilhado	Disperso Dominante	Disperso Compartilhado

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

*Situações consideradas não exitosas na eleição.

Dentre todos os deputados de carreira encontra-se que seis deles mantiveram o mesmo padrão ao longo das eleições vencidas: Edson Castro e Wilson Brandão (5 eleições); Juraci Leite, Henrique Rebelo, Warton Santos (4 eleições) e José Roncali com 3 eleições. Os deputados Edson Castro, Wilson Brandão, Juraci Leite e José Roncali apresentaram votação dispersa-dominante nos pleitos vencidos, enquanto que o deputado Warton Santos logrou votação sempre dispersa-compartilhada e o deputado Henrique Rebelo perfil concentrado-compartilhado. Assim sendo, menos da metade destes deputados mantém o padrão de votação ao longo do tempo, enquanto que nos demais candidatos é possível observar alguma mudança no perfil dentro das eleições disputadas.

A partir da tabela anterior é possível investigar se as características esperadas por cada perfil de votação de fato é observada na trajetória política do deputado na eleição em questão. Este esforço permite verificar se as indicações presentes em Ames e Carvalho são reproduzidas e se as características gerais da trajetória do candidato replicam-se para os deputados estaduais⁶³. Desta forma a tabela 13 a seguir indica se a trajetória política do deputado é condizente com as características esperadas de acordo com o padrão de votação em questão. O “sim” indica que o resultado esperado é condizente com as características do deputado na eleição e o “não” aponta para o desencontro entre o perfil de votação e as características pré-fixadas pela literatura.

⁶³ Na sessão 2.1 do capítulo II mencionamos que nem todos os deputados estaduais analisados possuem informações bibliográficas em bases públicas de consulta. Muitos deles dispõem de informações por fontes próprias que não são facilmente confirmadas. Assim, limitamos a observar apenas os candidatos que têm informações em bases públicas e confiáveis como o sítio eletrônico da Assembleia Legislativa, o Tribunal Regional Eleitoral e em matérias jornalísticas com ampla circulação estadual. Diante de tal constrangimento esta análise foca nos deputados carreiristas, pois possuem informações mais confiáveis sobre sua vida política já que são nomes amplamente conhecidos na região.

Tabela 13: Trajetória Política Esperada x Perfil de Votação.

Deputado	1998	2002	2006	2010	2014
Edson Castro	Não (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)
Fernando Monteiro	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/D)
Themistocles Sampaio F.	Sim (D/C)	Sim (D/D)	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)
Wilson N. Brandão	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)
Juraci Leite	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Não disputou
Hélio Isaías	Não disputou	Não (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/D)
Henrique Rebelo	Sim (C/C)	Sim (C/C)	Sim (C/C)	Sim (C/C)	Suplente
José Neri	Não disputou	Sim (C/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)
Kléber Eulálio	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Não disputou
Luciano Nunes	Não disputou	Sim (C/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)
Warton Santos	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Sim (D/C)	Não disputou
Flora Izabel	Suplente	Sim (C/C)	Sim (C/C)	Suplente	Sim (D/C)
José Roncali	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Sim (D/D)	Suplente	Não disputou
Marden Menezes	Não venceu	Suplente	Sim (C/D)	Sim (D/D)	Sim (C/D)
Mauro Tapety	Sim (C/D)	Sim (C/D)	Sim (D/D)	Suplente	Suplente
Robert Rios	Não disputou	Não disputou	Sim (C/C)	Sim (D/D)	Sim (D/C)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ALEPI e TRE/PI.

A principal conclusão destes dados é de que a trajetória política dos deputados estaduais é plenamente condizente com os perfis de votação apurados, exceto apenas em dois casos particulares: Edson Castro em 1998 e Hélio Isaías na eleição de 2002. Em todas as outras ocorrências as hipóteses de Ames (2003) e Carvalho (2003) foram verificadas e replicadas em maior ou menor grau nesta pesquisa. Quais os problemas com as ocorrências dos deputados Edson Castro e Hélio Isaías?

Em 1998 o deputado Edson Castro obteve uma votação dispersa-dominante característica de quem já teve alguma passagem em cargos eletivos ou acesso à cargos na administração pública. Com base nas informações bibliográficas disponíveis o deputado não preenche nenhuma destas características, além de ter sido estreante no jogo político naquele ano, o que em tese dificultaria a dispersão de votos através do estado bem como a dominação dos municípios em que recebeu voto. Proveniente de uma família de políticos com influência na região de São Raimundo Nonato, esperava-se padrão concentrado-compartilhado naquela eleição de 1998⁶⁴. Nas eleições seguintes o padrão foi condizente com a carreira do deputado: exerceu cargos de secretário municipal de projetos estruturantes entre 2001 e 2004 e de secretário de mineração entre 2010 e 2014, além de firmar-se como candidato sistemático nas eleições da Assembleia Legislativa.

O deputado Hélio Isaías logrou votação dispersa-compartilhada no pleito de 2002 quando estava estreando na disputa política e quando ainda não havia exercido nenhum cargo na administração pública. Como visto, as características deste tipo de votação estão associadas com carreiras políticas longevas, ao exercício de secretarias de natureza não clientelística bem como deputados que militam por nichos ideológicos específicos. No entanto, o deputado trabalhava anteriormente como médico na capital além de ser proprietário de uma clínica médica. Assim sendo, era improvável obter votação dispersa e compartilhada na primeira eleição que venceu quando um perfil concentrado e compartilhado seria mais provável.

Estes dois exemplos pouco afetam a hipótese geral de que a trajetória política do candidato está associada com seu padrão de votação. Mesmo nestes dois casos é possível ver que nos pleitos subseqüentes a relação entre as características da trajetória e o padrão de votação volta ao esperado pela literatura. Outra forma de reforçar o argumento é descrever a trajetória de alguns candidatos em que é patente sua relação com o perfil de votação observado. Tomemos então os deputados Henrique Rebelo, Flora Izabel, Mauro Tapety e o deputado Kléber Eulálio como indicativos desta forte vinculação.

O deputado Henrique Rebelo galgou votações concentradas e compartilhadas em todas as eleições que venceu. Possui sua carreira vinculada com a capital Teresina onde foi

⁶⁴ Explicar porque o padrão verificado foi distinto do esperado foge do escopo desta pesquisa. No entanto algumas hipóteses podem ser elaboradas. Por exemplo, o padrão disperso-dominante observado é marcado por políticos que fecham amplos acordos ao longo do estado ou que concorrem à reeleição na Câmara e na Assembleia (AMES, 2003; CARVALHO, 2003). Logo, é possível argumentar que o capital político da família do deputado foi suficiente para firmar tais acordos e que o legado político do pai e dos irmãos pode ter sido transferido ao deputado. No entanto, estas hipóteses carecem de investigação mais apurada que foge ao objetivo deste trabalho.

vereador e diretor executivo da TV Clube (emissora de TV filiada da Rede Globo). Apesar de ter sido Secretário de Justiça no primeiro mandato de Wellington Dias e no governo Wilson Martins, não logrou força política suficiente para dominar sua base eleitoral que gravita em torno de Teresina. Obteve na média dos quatro pleitos vencidos 65% da sua votação nominal neste município, sendo praticamente inviável dominá-lo dado sua magnitude eleitoral. Sua trajetória política é típica de perfil concentrado-compartilhado como descrito no quadro 1.

Algumas observações pertinentes podem ser feitas na carreira da deputada Flora Izabel. Em primeiro lugar foi a única ocorrência de reeleição não subsequente dos deputados de carreira: exerceu mandatos em 2002 e 2006 e outro apenas em 2014 com uma suplência entre eles. Nos dois primeiros mandatos figurou com votação concentrado-compartilhada e em 2010 dispersou votos sem dominar os municípios.

A deputada é reconhecida pela militância em questões feministas e iniciou sua trajetória política dentro do movimento estudantil até ter sido eleita vereadora da capital em 1996. Associou-se ao movimento sindical quando participou da fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Piauí, além de ter disputado a prefeitura da capital em 2004 (não logrando êxito). Também possui Teresina como seu município de melhor desempenho eleitoral recebendo ali a maior parte de seus votos nas três eleições que ganhou. Quando voltou a vencer em 2014 a deputada já apontava como uma figura conhecida da política regional e conseguiu dispersar os votos mais para a região sul (município de Uruçuí). Ambos os perfis de votação condizem com a trajetória política da deputada e a mudança de padrão seguiu o contexto em que a eleição foi realizada.

Disputando todas as eleições analisadas o deputado Mauro Tapety venceu as três primeiras disputas e ficou com duas outras suplências em 2010 e 2014. Proveniente de uma tradicional família de Oeiras (seu pai foi ex-vereador, ex-prefeito e deputado estadual deste município; seu tio foi deputado federal e seu irmão também foi prefeito de Oeiras) o deputado concentrou e dominou geograficamente os votos naquela região. Na última eleição que venceu em 2006 conseguiu dispersar mais votos na direção da capital Teresina quando já era um nome consolidado na política. Sua trajetória política e a mudança sofrida no seu padrão de votação são condizentes com as hipóteses da literatura.

Por último, encontra-se o deputado Kléber Eulálio que disputou e venceu quatro eleições. Antes de 1998 o deputado já vinha de três mandatos na Assembleia Legislativa e presidiu esta casa em quatro ocasiões, além de ter sido Secretário de Governo no primeiro mandato de Alberto Silva (1986), no segundo governo Mão Santa (1998) e nos dois governos de Wellington Dias (2002 e 2006). Obteve votação dispersa e compartilhada no pleito de 1998

e 2002, mas a partir daí usufruiu de capital político para dominar os municípios nas duas outras disputas eleitorais que venceu. Tem Teresina como sua “base” de apoio juntamente com o município de Picos, apesar de não conseguir superar a marca dos 25% de votação nominal nesta base. Portanto, dispersou votos enquanto usufruía de grande projeção política no estado, sem dominá-los até se firmar como forte liderança do governo do estado na posição de Secretário de Governo nas duas gestões Wellington Dias.

Que fenômenos estão associados às mudanças de um perfil de votação para outro de um mesmo deputado? Foi a concentração/dispersão que se alterou ou a possibilidade de dominar os municípios? Tais informações podem ser retiradas da tabela 13 anterior. No entanto, para facilitar a leitura destas mudanças compilamos estes movimentos na tabela a seguir.

Tabela 14: Frequência de alteração nos vetores horizontal e vertical*.

Sentido da alteração		Frequência
Vetor Horizontal	Concentrado → Disperso	6
	Disperso → Concentrado	1
Vetor Vertical	Compartilhado → Dominante	5
	Dominante → Compartilhado	2
Sem alterações		6

Fonte: Elaboração Própria.

* Um mesmo deputado pode ter mais de uma alteração nos vetores.

Dentre os deputados carreiristas é possível observar certo equilíbrio entre as mudanças no seu perfil de votação: são sete mudanças no vetor horizontal e outras sete alterações no vetor vertical. Seis frequências remetem àqueles deputados que não alteram nem sua distribuição geográfica dos votos nem sua dominância nos municípios. No entanto, observa-se que a maioria das mudanças quanto à distribuição dos votos é no sentido de um estado de votos concentrados para uma maior dispersão deles no território. Uma vez dispersos (depois alcançar uma grande projeção estadual) dificilmente o candidato necessita concentrar novamente votos numa única região. A geografia territorial do estado do Piauí e a magnitude eleitoral de seus municípios não favorecem votações contíguas o que não incentiva os deputados a reconcentrar seus votos.

A única ocorrência deste tipo coube ao deputado Marden Menezes que em 2010 dispersou votos e dominou seus municípios para na eleição seguinte incorrer em configuração concentrada-dominante (a mesma de 2006). No entanto, verificando seu índice N é possível argumentar que pouca dispersão foi conseguida na eleição de 2010, pois no pleito anterior de

2006 obteve um índice N igual a 6,62 (média concentração) passando para 7,26 (média dispersão) e retornando aos 6,76 (média concentração) na última eleição de 2014. Logo, é possível argumentar que os limites entre uma média concentração e média dispersão – neste caso – são risíveis em termos práticos, pois em 2010 o deputado somou nos seus cinco principais municípios 65% da votação quando em 2014 obteve 60% da votação. Logo, este caso pouco altera o quadro geral apresentado na tabela 14 de tendência da manutenção da dispersão.

Quanto à dominância verifica-se que os deputados de carreira saem do compartilhamento para a dominância na maioria dos casos. Apenas dois deputados de carreira perderam dominância no período analisado: Robert Rios entre 2010 e 2014 e o deputado Themístocles Sampaio Filho entre 2002 e 2006. O movimento de dominância para compartilhamento e vice-versa dependem do nível geral de competitividade da eleição em si, ou seja, a força dominante de um deputado é resultado da interação da força dominante dos demais deputados; e isto muda em cada eleição, pois sempre há novos candidatos disputando as mesmas cadeiras. Logo, os movimentos de aumento e diminuição da dominância são igualmente prováveis, ao contrário das mudanças de um estado disperso dos votos para um estado concentrado⁶⁵.

3.3. Principais características associadas aos padrões de votação

Levando em consideração todas as características possíveis que associam trajetória política e os padrões de votação do quadro 1, até aqui dois achados se destacam em relação ao cânone: deputados de perfil concentrado-compartilhado provêm da capital Teresina e deputados disperso-dominante e disperso-compartilhado possuem tal configuração explicada em grande medida pela longevidade dentro da Assembleia e a ocupação de cargos públicos previamente.

A tabela 15 adiante reforça estas argumentações ao mostrar qual o município de melhor desempenho entre todos os deputados que obtiveram votação concentrado-compartilhada. Corroborando as indicações de Ames (2003) e Carvalho (2003), a tabela mostra que praticamente todos os deputados estaduais analisados nos cinco pleitos com este tipo de configuração eleitoral tiveram a capital Teresina como seu município de melhor

⁶⁵ O gráfico 8 mostra que no caso do Piauí tanto a dominância quanto o compartilhamento são recorrentes dentro do grupo de deputados que fazem carreira. Portanto, perder dominância de um pleito para outro não é um evento improvável (e indesejado para o candidato).

desempenho, com as exceções de Elias Prado em 2002 e José Hélio de Carvalho em 2014: ambos concentraram votos no município de Parnaíba. Nenhum outro deputado logrou votos concentrados e compartilhados nos demais municípios do interior.

Tabela 15: Município de concentração dos deputados concentrado-compartilhado.

Município/Pleito	1998 (3)*	2002 (7)*	2006 (5)*	2010 (4)*	2014 (5)*
Teresina	3	6	5	4	4
Parnaíba	0	1	0	0	1
Outros	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

* (n) Quantidade de perfis concentrados e compartilhados na eleição para todos os deputados (carreiristas e não carreiristas).

Alguns fatores explicam a exceção destes deputados. Elias Prado é um antigo político do município de Parnaíba. Foi prefeito da cidade em 1973 e vereador por quatro mandatos seguidos. Apresentou 40% dos votos neste município no pleito de 2002 e posicionou-se na faixa de média concentração ($N=4,55$) tendo os subsequentes municípios relevantes em torno do município de Parnaíba. Já o deputado José Hélio de Carvalho é conhecido por sua atuação na área da saúde naquele município e além de médico, foi diretor do principal hospital público da cidade e coordenou a implementação do primeiro hemocentro do município. Recebeu 44% dos votos nesta cidade obtendo média concentração ($N=4,1$) com os demais municípios relevantes também em torno da região de Parnaíba. Nestes termos, a trajetória dos dois deputados é condizente com o perfil de votação observado.

A tabela 16 a seguir busca identificar e ratificar as principais questões relativas aos padrões disperso-dominante e disperso-compartilhado: são candidatos longevos⁶⁶ e/ou exerceram algum cargo na administração pública. Os deputados com tais perfis podem ser agrupados em quatro categorias: apenas exerceram algum cargo na administração pública ou cargo de secretaria (Cargo), tem sua votação associada a sua recorrente disputa nas eleições (Longevo), é reincidente na Assembleia e exerceu algum cargo na administração ou secretaria em eleição anterior (Ambos) e não exerceu cargos nem disputou outra eleição para a ALEPI (Nenhum).

Diante disto os dados a seguir esclarecem que a maior parte dos deputados de perfil disperso-dominante e disperso-compartilhado são figuras reincidentes dentro da

⁶⁶ Considerando longo aquele que exerceu plenamente pelo menos um mandato e concorreu a reeleição.

Assembleia do Piauí e que exerceram algum cargo público em eleição anterior (imediatamente anterior ou não), ao passo que cabe a parcela minoritária daqueles que exerceram apenas um cargo público previamente.

Tabela 16: Principais características de deputados disperso-dominante e disperso-compartilhado*.

	2002				2006				
	Cargo	Longevo	Ambos	Nenhum		Cargo	Longevo	Ambos	Nenhum
D/D (16)	0	6	8	2	D/D (11)	0	3	6	2
D/C (5)	0	1	3	1	D/C (11)	1	4	6	0
2010					2014				
	Cargo	Longevo	Ambos	Nenhum		Cargo	Longevo	Ambos	Nenhum
D/D (13)	2	5	5	1	D/D (14)	1	5	6	2
D/C (11)	2	1	5	3	D/C (10)	1	1	5	3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI e ALEPI.

* Para melhor construção da tabela e visualização dos dados o pleito de 1998 foi omitido sem causar maiores alterações no quadro geral, já que os dados daquela eleição em relação às subsequentes são similares.

(n) Número de ocorrências do perfil observado.

O mais interessante é verificar o grupo dos deputados que, mesmo logrando votações dispersa/dominante ou dispersa-compartilhada, não exerceu nenhum cargo de secretaria ou na administração pública e não chegou a disputar nenhuma eleição em pleito precedente (nenhum). Algumas observações são feitas previamente: se não são figuras conhecidas na ALEPI e nem tiveram influência suficiente para exercer algum cargo de relevância política, por exclusão dos dispositivos do quadro 1 tais candidatos só poderiam ter logrado estes perfis de votação casos estivessem ancorados em nichos ideológicos específicos ou segmentos fiéis de eleitores (para os deputados de votação dispersa-compartilhada) ou se firmassem proveitosos acordos políticos ao longo do estado (caso dos deputados de votação dispersa-dominante).

Mas a observação da trajetória política destes deputados e sua biografia não são indícios fortes o suficiente para sustentar esta argumentação canônica. Na verdade, examinando exclusivamente este grupo de deputados, salta ao crivo analítico de que a maioria deles é unicamente herdeiro político de algum outro nome (ou de alguma família política) com histórico de sucesso na vida política estadual, seja na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados ou mesmo no Executivo.

A ex-deputada Lilian Martins estreou na disputa em 2006 com uma votação dispersa e dominante sem antes ter concorrido a uma vaga ou exercido um cargo público. Foi servidora pública municipal antes de concorrer ao cargo e é casada com o ex-deputado estadual (1998 e 2002) e ex-governador do estado Wilson Martins. As votações tanto da deputada quanto do ex-deputado são semelhantes nos padrões de votação e nos municípios de bom desempenho. Outro exemplo é o deputado Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, filho do ex-deputado Flávio Nogueira. Estreou na ALEPI vencendo as eleições de 2010 com uma votação dispersa e compartilhada (mesmo padrão observado para o pai na eleição anterior) sem nunca ter exercido também algum cargo de secretaria ou na administração pública.

Em relação aos deputados que lograram votações concentradas e dominantes nas cinco eleições apuradas, a tabela 17 mostra qual das características da trajetória do candidato foi determinante para seu perfil de votação, reforçando os dispositivos presentes do quadro 1. Com base nestes dispositivos construímos quatro grupos possíveis de deputados: aqueles oriundos de uma família política tradicional⁶⁷ (Família), deputados com atuação política local (Local), os deputados que exerceram algum cargo de vereador ou prefeito (Cargo) e aqueles em que não foi possível observar qualquer uma das três características anteriores (Nenhum).

Tabela 17: Características observadas dos deputados com votação concentrada-dominante.

Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Característica	Família (3)	Família (2)	Família (1)	Família (0)	Família (1)
	Local (0)	Local (0)	Local (0)	Local (1)	Local (0)
	Cargo (1)	Cargo (0)	Cargo (1)	Cargo (0)	Cargo (0)
	Nenhum (1)	Nenhum (0)	Nenhum (1)	Nenhum (1)	Nenhum (0)
Total	5	2	3	2	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI e ALEPI.

(n) Frequência de observações relacionadas àquela característica na eleição em questão.

Observa-se que a maior parte os deputados com tal perfil eleitoral são oriundos de alguma família política já consolidada na disputa estadual. Tais observações são semelhantes aos deputados considerados herdeiros políticos que lograram votações dispersa-compartilhada ou dispersa-dominante sem, no entanto, ter exercido algum cargo de relevância política ou serem nomes reincidentes na disputa dentro da ALEPI. Portanto, objetiva-se que a influência de famílias tradicionais ainda é uma questão relevante para a vida política estadual. Por fim, a

⁶⁷ Consideramos nesta pesquisa que uma família tradicional na política estadual é aquela em que outros membros familiares exercem ou exerceram cargos políticos na Assembleia, Câmara ou no Executivo.

sessão adiante trata da outra variável associada pela literatura aos padrões de votação: os partidos.

3.4 Partidos e o padrão de votação

3.4.1. Considerações de ordem metodológica

Carvalho (2003) aponta que o partido pelo qual o candidato concorre à eleição é também uma variável que se associa a determinado padrão de votação. Seus achados empíricos divergem do que a literatura esperava levando em conta as regras do sistema eleitoral no Brasil⁶⁸: os incentivos particularistas e a pouca institucionalização partidária criaria incentivos para que candidatos oriundos de partidos mais ideológicos dispersassem e compartilhassem votos enquanto que os representantes ligados aos partidos políticos tradicionais concentrassem e dominassem os municípios.

No entanto, seus achados requalificam esse diagnóstico da seguinte maneira:

Ora, tanto na eleição de 1994 quanto no pleito de 1998, os partidos que mais se aproximam do conceito de máquina política – o PMDB e o PFL – foram exatamente aqueles a apresentarem em maior número, deputados com padrão de votação ao mesmo tempo disperso e dominante. [...] Vale aqui chamar a atenção para o fato de que, entre os deputados eleitos pelo PT no mesmo ano, nenhum dos eleitores se viu associado a essa modalidade de distribuição espacial de voto. (CARVALHO, 2003, p. 107).

Em relação aos candidatos ideológicos assinala que:

Partidos com orientação e vocalização ideológicas marcadas, ao contrário, trazem em suas bancadas maior número de deputados eleitos a partir de outra configuração geográfica: a concentração de votos em municípios partilhados, ou seja, apresentam padrão de votação ao mesmo tempo concentrado e não dominante. (CARVALHO, 2003, p. 108).

Neste ponto o autor pouco esclarece os critérios utilizados para classificar os partidos em tradicionais, *catch-all* ou ideológicos. Ainda mais adiante no seu trabalho, quando investiga a conexão eleitoral dos deputados, baseia-se em outra métrica ao classificar “[...] as agremiações partidárias em quatro blocos: 1 – direita: PFL, PTB, PPR, PL e PP; 2 – centro-direita: PMDB; 3 – centro-esquerda: PDT e PSDB; 4 – esquerda: PT, PSB e PC do B” (CARVALHO, 2003, p. 200).

Sendo assim, um impasse metodológico é criado pela falta de parâmetros claros para classificar corretamente os partidos a serem analisados nesta sessão, necessitando de um melhor refinamento dos critérios utilizados para evitar ao máximo potenciais arbitrariedades nesta pesquisa, pois como considerar o que é um partido *catch-all* ou ideológico levando em

⁶⁸ Ver sessões 1.3, 1.4 e 1.5 do capítulo I.

consideração o espaço de tempo investigado neste trabalho? Seria impossível não incorrer em erros neste contexto caso este estudo seguisse os mesmos passos de Carvalho (2003).

3.4.2. O espectro ideológico

Para solucionar este problema recorreremos aos trabalhos mais recentes sobre a posição ideológica dos partidos políticos nacionais. Nesta agenda de pesquisa é possível observar diversas formas de classificar os partidos brasileiros de acordo com seu posicionamento no espectro esquerda-direita: aferindo sua posição pela identificação feita pelo próprio partido ou o posicionamento indicado por terceiros (analistas ou eleitores). Ainda assim existem diferentes estratégias metodológicas de apurar este dado como, por exemplo, *surveys* com os membros partidários e análises de conteúdo dos programas dos partidos, além da postura política adotada pelos membros na vida parlamentar, a opinião pública construída a respeito dos partidos e as análises feitas pelos especialistas acadêmicos (TAROUCO e MADEIRA, 2013).

O objetivo deste trabalho não é discutir a literatura sobre esta agenda de pesquisa. No entanto, Tarouco e Madeira (2015) mostram que apesar dos argumentos recorrentes de que há forte inconsistência ideológica nos partidos brasileiros, a maioria das pesquisas realizadas apontam que a dimensão esquerda-direita é reconhecida tanto pelos especialistas quanto pelos próprios políticos. Tais autores encontraram forte correlação entre as principais medidas de posicionamento ideológico dos partidos brasileiros⁶⁹. Para os autores isto significa “[...] que qualquer das classificações analisadas é válida e pode ser usada nos estudos que, ainda hoje, procuram pelos efeitos da ideologia partidária sobre outras variáveis” (TAROUCO e MADEIRA, 2015, p. 14).

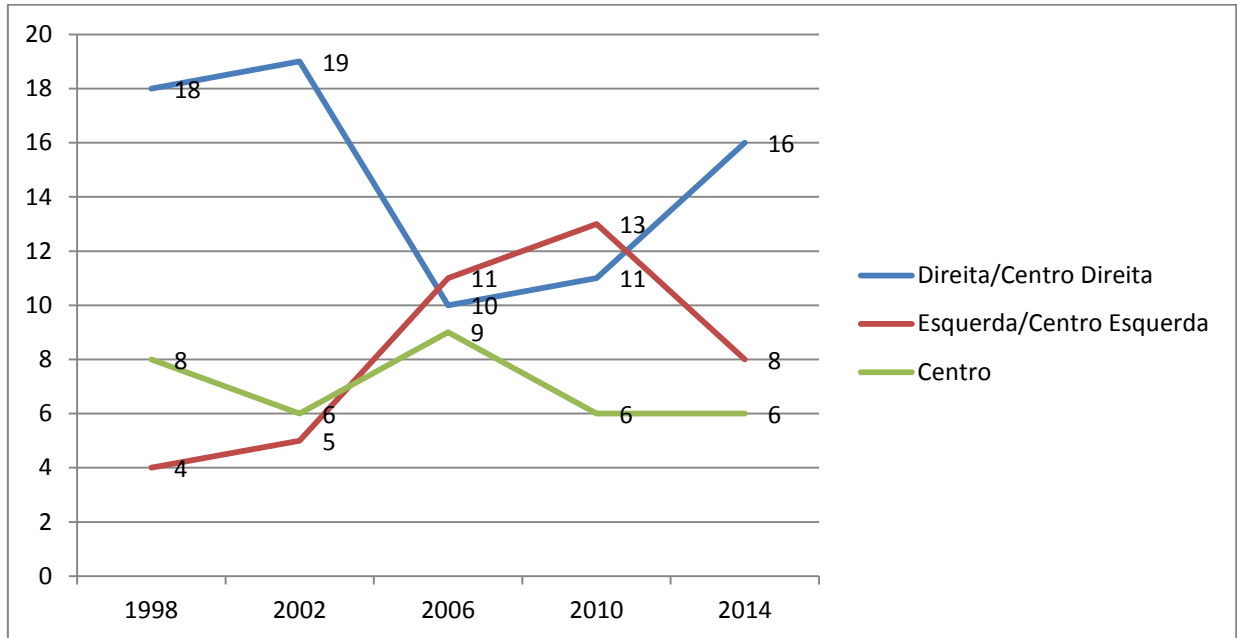
3.4.3. A geografia do voto na ALEPI e os partidos políticos: achados da pesquisa

Dado o exposto, esta pesquisa se aproxima das indicações de Tarouco e Madeira (2015) sobre o posicionamento ideológico dos partidos e desconsidera as indicações expostas por Carvalho (2003). No entanto, consideramos que os partidos “tradicionais” de Carvalho (2003) são aqueles de direita ou centro-direita e os “ideológicos” são os de esquerda e centro-

⁶⁹ Coppedge (1997), Power e Zucco (2011), Wiesehomeier e Benoit (2007), Survey ABCP (2010). O índice de correlação de Spearman entre estes índices é maior que 0,7 sendo este valor considerado alto pela literatura.

esquerda⁷⁰. Sendo assim, espera-se que candidatos de partidos de direita e centro-direita tenham configuração mais dispersa e dominante enquanto que os candidatos de partidos de esquerda e centro-esquerda apresentem perfil concentrado-compartilhado.

Gráfico 9: Quantidade de partidos por posição ideológica na ALEPI. (1998-2014).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

O gráfico 9 mostra a quantidade de partidos dos deputados eleitos em relação a sua posição ideológica⁷¹. É possível verificar que os partidos de direita e centro-direita figuraram como a maioria dentro da Assembleia Legislativa no Piauí nas eleições de 1998, 2002 e 2014. No geral, a tendência ao longo do tempo foi uma diminuição do número de candidatos de partidos de direita/centro-direita e um aumento dos partidos de esquerda/centro-esquerda, enquanto que os candidatos oriundos de partidos do centro são mais estáveis.

Tomando os partidos de direita/centro-direita por “tradicionais” e os de esquerda/centro-esquerda como “ideológicos” era esperado o resultado presente no gráfico anterior. Como objetam Ames (2003) e Carvalho (2003), em estados com baixos índices socioeconômicos há uma tendência das praticas políticas tradicionais ligadas ao clientelismo serem praticadas com maior eficiência do que naqueles estados onde tais índices são

⁷⁰ Muito embora possam existir objeções sobre a ideologia ser uma bandeira exclusivamente da esquerda, não é objetivo desta pesquisa discutir estes termos. Mantemos, portanto, tais denominações de partidos tradicionais e ideológicos no mesmo sentido presente na literatura abordada aqui.

⁷¹ Apresentamos no apêndice uma lista com os partidos de filiação dos deputados eleitos.

melhores. Resta saber se há alguma relação entre a posição ideológica do partido dos deputados e seus padrões de votação observados.

Porém, como adotamos uma nomenclatura para a ideologia partidária diversa daquela presente em Carvalho (2003), algumas considerações devem ser feitas antes. Como já exposto, tal autor divide os partidos em ideológicos e *catch-all* para analisar os padrões de votação associados a eles. No entanto, como esta pesquisa parte do pressuposto tradicional de partidos divididos entre esquerda-centro-direita, algumas das indicações de Carvalho (2003) perdem sentido e é necessário reorganizá-las. Em primeiro lugar, o autor não considera o centro como uma faixa de análise e, na verdade, nenhum outro trabalho sobre a geografia eleitoral procura identificar associações entre padrão de votação e a faixa central do espectro ideológico. Logo, lançamos mão de hipóteses *ad hoc* para preencher esta lacuna no caso piauiense: candidatos provenientes de partidos no centro tendem a dispersar e compartilhar seus votos, pois podem fechar acordos com partidos de ambos os lados do espectro dentro do estado, facilitando o acesso aos cargos de secretaria menos disputados (de natureza não clientelística).

Criando desta forma parâmetros para o perfil dominante-compartilhado, até então ausente na literatura, prosseguimos para as votações concentradas e dominantes: são, em essência, votações observadas por candidatos de partidos tradicionais, uma vez que grande parte de sua votação é explicada pela influência das famílias tradicionais na política local. Assim, as hipóteses esperadas são: candidatos de partidos tradicionais tendem a apresentar perfil concentrado-dominante ou disperso-dominante. Já os candidatos oriundos de partidos ideológicos concentram e compartilham seus municípios, enquanto que os demais candidatos do centro tendem a dispersar e compartilhar votos.

Ao todo são 150 (cento e cinquenta) observações entre os cinco pleitos e em 79 delas a associação esperada entre o partido e o padrão de votação do deputado *não* foi confirmada, pois em 53% das vezes as hipóteses delineadas não se comportaram da maneira esperada. Este quadro é insuficiente para confirmar as indicações de Carvalho (2003) e as hipóteses *ad hoc* elaboradas anteriormente, pois a realidade da Assembleia Legislativa do Piauí diverge consideravelmente do previsto. Portanto, qual quadro apresenta-se para a ALEPI?

Este panorama é observado na tabela adiante onde a principal informação revelada é que cabe ao perfil disperso-dominante a maior parte dos casos esperados pelas hipóteses, ou

seja, são deputados dispersos e dominantes aqueles provenientes de partidos tradicionais. Muito embora a partir do pleito 2006 essa proporção tenha reduzido, esta não foi suficiente para descaracterizar o achado.

O perfil concentrado-compartilhado não é majoritariamente preenchido por deputados de partidos ideológicos com a exceção do pleito 2006. Este dado aparentemente implica⁷² que os deputados estaduais pouco se orientam pelas indicações programáticas dos partidos, uma vez que, como já apontado anteriormente, a geografia piauiense pouco contempla votações circunscritas geograficamente. Outra observação pertinente é que a partir de 2006 deputados ideológicos passaram a obter votações mais dispersas e dominantes em detrimento dos demais tipos, reforçando a impossibilidade de determinar um padrão de comportamento para os deputados.

Tabela 18: Espectro ideológico dos partidos e padrões de votação dos deputados.

Perfil/Espectro	1998			2002			2006			2010			2014		
	ID	TRAD	CEN	ID	TRAD	CEN	ID	TRAD	CEN	ID	TRAD	CEN	ID	TRAD	CEN
Disperso-dominante	0	11	2	0	15	2	2	6	3	8	4	1	4	6	4
Disperso-compartilhado	2	5	2	0	2	2	4	3	4	2	5	4	4	4	2
Concentrado-dominante	3	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0
Concentrado-compartilhado	0	1	2	4	1	2	4	0	1	2	2	0	0	5	0
TOTAL	30			30			30			30			30		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE/PI.

Legenda: ID = Partidos de Esquerda/Centro-Esquerda. TRAD = Partidos de Direita/Centro-Direita. CEN = Partidos de Centro.

Nota: As células marcadas representam o comportamento não esperado pelo pressuposto desta pesquisa.

No mesmo sentido rejeita-se a hipótese sobre os partidos de centro: não são em sua maioria deputados com perfil disperso e compartilhado. Na verdade é possível observar que os candidatos centristas abrigam 12 deputados de perfil disperso-dominante e 14 de perfil disperso-compartilhado, impossibilitando determinar um tipo único de votação. Assim, se finda o esboço proposto de analisar a geografia do voto e suas principais variáveis de influência: a trajetória política dos candidatos e os partidos políticos. As considerações finais e as principais conclusões da pesquisa são apresentadas a seguir.

⁷² Esta explicação necessita de uma análise mais aprofundada em trabalhos subsequentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço desta pesquisa foi traçar um panorama descritivo da geografia eleitoral na Assembleia Legislativa do Piauí. Como visto, pouca importância foi atribuída na agenda de pesquisa da geografia do voto à realidade das Assembleias Estaduais, já que grande parte desta agenda trata com mais especificidade os deputados federais. Compreendemos, no entanto, que este estudo de caso sofre algumas limitações como, por exemplo, as tradicionais impossibilidades de generalizações a partir de particularidades. Trabalhos subsequentes que priorizem estudos de amplitude nacional são necessários para melhor esclarecer a realidade dentro das Assembleias Estaduais. Esta pesquisa é, por assim dizer, um ponto de partida neste sentido, já que os trabalhos existentes mais recentes que levam em conta a geografia dos deputados estaduais são minoritários.

Alguns achados deste trabalho merecem destaque levando em consideração a literatura canônica e estudos mais atuais sobre geografia eleitoral. A primeira constatação é que a configuração territorial piauiense favorece muito mais as votações dispersas, pois somente a capital Teresina tem reais condições para eleger deputados com votações concentradas. Isto se traduz na observação empírica de que a grande maioria dos deputados dispersa seus votos ao longo do estado, e de que aqueles deputados que ainda concentram votos gravitam ao redor da capital. Esta realidade é bastante similar em relação aos deputados federais piauienses investigados por Neves (2010).

Porém, observando as particularidades dos cargos estaduais e federais, constatamos que a disputa por uma vaga na Câmara é maior que a disputa por uma vaga na Assembleia, dados que desviam do esperado pela literatura e da realidade das outras unidades federativas. Apesar deste achado, confirmamos a hipótese de que não há diferenças significativas entre os padrões de votação dos deputados federais e estaduais, uma vez que ambos são regidos pelas mesmas regras eleitorais e estão submetidos na mesma realidade geográfica das unidades federativas. Aqui pontuamos mais uma vez a necessidade de realizar pesquisas de caráter nacional para as Assembleias com o objetivo de realizar possíveis comparações entre os dois cargos.

Os dados revelam que a maioria dos deputados estaduais encontra-se na faixa de média e baixa dominância, além de revelar que existem mais deputados sem dominância alguma do que deputados considerados altamente dominantes. Ao agregar estas faixas e analisá-las historicamente, os dados mostram que houve uma redução desta força, sobretudo a partir da eleição de 2006, pleito em que as votações dos deputados com municípios

compartilhados aumentaram. Tal diagnóstico se aproxima dos achados de Ames quanto este aponta para uma sistemática queda de dominância na região Nordeste. Entretanto, observamos que dominância e compartilhamento são forças igualmente relevantes na política piauiense nas últimas eleições, o que nos obriga a rejeitar a indicação estilizada de Ames para os deputados federais brasileiros.

Por este mesmo motivo os resultados desta pesquisa não conferem com parte dos resultados de Carvalho: o movimento da dominância ao longo do tempo observado aqui não segue os padrões mais estáveis encontrados no trabalho daquele autor, além do fato de que as médias de dominância dos deputados estaduais piauienses serem significativamente menores que as médias encontradas por Carvalho para os deputados federais, sendo 68% de deputados dominantes para o autor contra os 53% observados neste trabalho. Este fato levou a conclusão de que a dominância política não é uma condição estreitamente essencial para o resultado satisfatório nas eleições estaduais. Além disto, foi possível verificar que os deputados com atuação na capital tendem a compartilhar mais os municípios enquanto que os deputados com ação no interior tendem a dominar as localidades, achados estes mais condizentes com as propostas de Ames e Carvalho.

Também não foi possível estabelecer diferenças significativas da dominância entre os cargos de deputado estadual e federal. Ao comparar com os dados de Neves (2010), observamos que nos três pleitos em comum observados os deputados foram dominantes de forma preponderante em dois pleitos, sendo o terceiro marcado por maior equilíbrio entre dominância e compartilhamento de votos. Assim sendo, a natureza do cargo pouco afeta o quadro de dominância dos deputados piauienses.

Ao conjugar os vetores de votação confirmamos a hipótese de que a principal configuração de votação é a do tipo disperso-dominante. Tais hipóteses partiram das requalificações de Carvalho ante o diagnóstico estilizado de Barry Ames, uma vez que a geografia eleitoral brasileira cria incentivos igualmente fortes para votações dispersas e dominantes, e não somente votações concentradas e dominantes como defende o brasilianista. Analisando historicamente, é possível observar um crescimento das votações dispersas e compartilhadas até o momento em que este perfil se iguala ao perfil disperso-dominante e mantêm-se relativamente estabilizado a partir de 2006. Este dado é uma consequência esperada da queda de dominância observada a partir deste pleito.

Encontramos grandes similaridades comparando os padrões entre os cargos de deputado federal e estadual: ambos são marcados por maioria de deputados com votos distribuídos ao longo do estado e com significativa dominância dos municípios. É possível

observar também que deputados com perfil concentrado e dominante tem pouca ou nenhuma relevância na arena legislativa do estado.

Na parte final deste trabalho investigamos com mais detalhe os deputados que construíram carreiras dentro da ALEPI com o objetivo de averiguar as hipóteses da literatura que relaciona a trajetória política do candidato com os padrões de votação bem como as hipóteses sobre a posição ideológica do partido do candidato e seu perfil eleitoral. Evidenciamos que em comum os deputados carreiristas tem a dispersão dos votos com muito mais significância do que a própria dominância e que naturalmente o padrão recorrente neste grupo de deputados é o disperso-dominante.

O caso da Assembleia piauiense mostra forte associação entre a trajetória política dos deputados e as características esperadas pela literatura dos padrões de votação, pois apenas duas observações não esperadas foram encontradas levando em consideração todos os mandatos dos dezesseis deputados de carreira ao longo das cinco eleições investigadas. Assim como o cânone, confirmamos a hipótese de que há forte relação entre a vida política do deputado e seu padrão geográfico de votos. Além disto, é possível observar que a mudança nos vetores de votação dos deputados carreiristas é bastante uniforme ao longo do tempo: deputados tendem a sair de um estado de votos concentrados para votos dispersos com maior frequência, enquanto que deputados menos dominantes nas eleições tendem a tornarem-se dominantes em disputas subsequentes. O sentido inverso, ou seja, sair de um estado disperso para concentrado e de uma configuração dominante para compartilhada ocorre com menor frequência.

A pesquisa também revela que algumas características específicas dos padrões de votação são mais recorrentes em detrimento de outras. Deputados com perfil concentrado-compartilhado assim o são por terem sua atividade vinculada essencialmente na vida política da capital Teresina. Já aqueles representantes com perfil disperso-dominante ou disperso compartilhado possuem tal configuração vinculada com sua longevidade na ALEPI ao mesmo tempo em que teve acesso prévio a algum cargo na administração pública ou em alguma secretaria. Verificamos que os deputados em que não foi possível observar nenhuma destas características são geralmente herdeiros políticos de algum outro nome relevante no estado ou provenientes de alguma família tradicional da política estadual. Semelhante constatação são os deputados com perfil concentrado-dominante: predominantemente oriundos de famílias conhecidas na política piauiense.

Além disto, este trabalho buscou explorar as hipóteses da literatura sobre a posição ideológica dos partidos no qual o candidato disputa o pleito e seu padrão de votação.

Depois de algumas requalificações de ordem metodológica, de desenhar hipóteses *ad hoc* para o caso dos deputados centristas e de levar em consideração todos os deputados estaduais eleitos nas cinco eleições analisadas, a pesquisa revelou que as hipóteses presentes em Ames e Carvalho não encontram sustentação nos dados apresentados. Esta afirmação apoia-se no fato de que as associações esperadas entre o espectro ideológico e o padrão de votação não se verificam em 53% das vezes, impossibilitando definir um quadro uniforme de comportamento das variáveis.

Portanto, levando em consideração a natureza deste trabalho e os resultados encontrados, afirmamos que a trajetória política dos deputados é extremamente determinante em relação a sua configuração eleitoral, em escala muito maior do que a atribuída aos partidos que eles disputam as eleições. Sabemos pouco sobre a realidade dos partidos nas Assembleias Estaduais e a relação destes com os parlamentares. O trabalho de Saugo (2007) é um dos poucos casos que leva em consideração tais variáveis.

Por conclusão principal temos o fato de que a geografia do voto piauiense (sob a nomenclatura dos padrões de votação) não é uma condição estratégica *ex ante* da competição política, pois ao analisarmos tanto o vetor horizontal como o vetor vertical verificamos que as condições geográficas são tão determinantes que obrigam os deputados estaduais a reagir, e não a deliberar previamente, perante as circunstâncias da competição e as regras eleitorais que estão submetidos.

REFERÊNCIAS

AMES, B. Electoral strategy under open-List proportional representation. **American Journal of Political Science**, 39, p. 406-33, 1995a.

_____. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in brazilian congress. **The Journal of Politics**, 57, p. 324-43, 1995b.

_____. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582003000400002&lng=en&nrm=iso>.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1091-1125, Outubro 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000401091&lng=en&nrm=iso>.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARTOLINI, Stefano. Collusion, competition and democracy. **Journal Of Theoretical Politics**, [s.l.], v. 11, n. 4, p.435-470, out. 1999. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0951692899011004001>>.

CARAMANI, Daniele. The end of silent elections. **Party Politics**, [s.l.], v. 9, n. 4, p.411-443, jul. 2003. SAGE Publications. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/135406880394001>>.

CAREY, John M; SHUGART, Matthew Soberg. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, vol. 14, n° 4, pp. 417-439. 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p.368-382, dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5939>>.

COX, Gary; MCCUBINS, Mathew D. **The legislative Leviathan: party government in the house**. Berkeley, University of California Press, 1993.

D'AVILA, Paulo M. Assimetrias políticas, clientelismo e democracia: uma discussão conceitual. In: XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambú. **Seminário Temático**. Caxambú: Anpocs, 2007. p. 2 - 18. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2838&Itemid=231>.

_____.; JORGE, Vladimyr Lombardo; COELHO, Ana Fernanda. Acesso ao poder: Clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p.211-233, dez 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/12/1614>>.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997. 224 p.

DIAS, José Luciano de Mattos. **O jogo e os jogadores: legislação eleitoral e padrões de competição política**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999. 318 p.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. **Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 38, nº. 3, 1995, pp.497-525. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/229167601/Partidos-Politicos-Na-Camara-Dos-Deputados-1989-1994>>.

_____. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. **Dados**. 2002, vol. 45, no. 2, pp. 303-344. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200005>.

_____. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo. **Dados**. 2005, vol. 48, no. 4, pp. 737- 776. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n4/28478.pdf>>.

FLEISCHER, David. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição do voto em Minas Gerais – 1966/1974. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 43, 1976. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59689/58032>>.

GERRING, John. What is a case study and what is it good for?. **American Political Science Review**, 2004.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo , n. 58, p. 193-223, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452003000100010&lng=en&nrm=iso>.

INDJAIAN, Maria Lúcia. **Análise preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo: FAPESP, 1981. (Relatório parcial de pesquisa).

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciência social**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2007.

KING, G; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing social inquiry**: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KINZO, Maria D'alva Gil. **A bancada federal paulista de 1986: concentração ou dispersão do voto?** In: SADEK, Maria Teresa (Org.). Eleições 1986. São Paulo: Vértice, p.89-100, 1989.

_____; BORIN, Ivan; MARTINS JR., José Paulo. Padrões de competição eleitoral na disputa para a Câmara Paulistana: 1992-2000. **Novos estudos – CEBRAP**, n.65, p. 45-65, 2003.

LEMONS, Leany Barreiro de S. O congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. **Dados**, vol. 44, n. 3, pp. 561-605, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582001000300004&script=sci_abstract&tlng=es>.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, p.44-67, maio 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100002>.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. **Comparative Politics**, [s.l.], v. 24, n. 1, p.21-43, out. 1991.

_____. **Rethinking party systems in the third wave of democratization**: the case of brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MANCUSO, Wagner Pralon et al. Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49^a (1991-1995) e 53^a (2007-2011). **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, p.430-448, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000200008>.

MAYHEW, D. R. **The electoral connection**. Yale University Press, 1974.

NEVES, Adriano Craveiro. **Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí**. Teresina. Dissertação Mestrado - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582006000400002&lng=en&nrm=iso>.

_____. Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n.3, Setembro 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582005000300005&lng=en&nrm=iso>.

NUNES, Edson. **A gramática política do brasil:** clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 146 p.

OTTMANN, Goetz. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. **Novos estudos. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 155-175, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100010&lng=en&nrm=iso>.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582003000400004&lng=en&nrm=iso>.

_____; RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 664-683, dezembro 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572007000400010&lng=en&nrm=iso>.

QUIVY, R.; CHAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SAMUELS, David. Incentives to cultivate a party vote in a candidate-centric electoral system. **Comparative Political Studies**, vol. 32, nº 4. 1999.

SAUGO, Josiana Fátima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006**. Porto Alegre, UFRGS, 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 448 p.

SILVA, Glauco Peres da. Uma avaliação empírica da competição eleitoral para a Câmara Federal no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 403-429, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000200007&lng=en&nrm=iso>.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; RIBEIRO, Paulo Sérgio dos Santos. Padrões Geográficos de competição eleitoral no estado do Pará. In: **ii Encontro da sociedade brasileira de sociologia da região norte**, 2010, Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT4-571-460-20100831215053.pdf>>.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p.24-39, 27 abr. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077/12838>>.

_____. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, Março 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782013000100011&lng=en&nrm=iso>.

VELOSO, Giovana Rocha. **Clientelismo**: uma instituição política brasileira. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1431>>.

ZUCCO JR, Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

APÊNDICE

Tabela 19: Lista dos deputados eleitos e partidos de filiação por pleito.

1998		2002		2006		2010		2014	
Partido	Deputado	Partido	Deputado	Partido	Deputado	Partido	Deputado	Partido	Deputado
PMDB	Abel De Barros Araujo	PT	Antonio Jose Castelo Branco Medeiros	PMDB	Ana Paula Mendes Araujo De Carvalho	DEM	Edson De Castro Ferreira	PSD	Edson De Castro Ferreira
PFL	Antonio Jose De Moraes Souza	PSDB	Antonio Jose De Moraes Souza Filho	PPS	Antonio Francisco Felix De Andrade	DEM	Gerardo Juraci Campelo Leite	PTC	Evaldo Gomes Da Silva
PPB	Edson De Castro Ferreira	PFL	Edson De Castro Ferreira	PMDB	Antonio José De Moraes Souza Filho	PC DO B	Robert Rios Magalhães	PR	Fabio Henrique Mendonça Xavier De Oliveira
PDT	Elias Pereira Lopes	PPB	Elias Pereira Lopes	PDT	Antonio Uchoa De Oliveira	PDT	Flávio Rodrigues Nogueira Júnior	PT	Fábio Nunez Novo
PFL	Elias Ximenes Do Prado Junior	PDT	Elias Ximenes Do Prado	PT	Cicero Magalhaes Oliveira	PDT	Luiz Ubiraci De Carvalho	PTB	Fernando Alberto De Brito Monteiro
PSDB	Fernando Alberto De Brito Monteiro	PFL	Fernando Alberto De Brito Monteiro	PFL	Edson De Castro Ferreira	PMDB	Themistocles De Sampaio Pereira Filho	PSDB	Firmino Soares Paulo

PT	Flavio Aurelio Nogueira	PDT	Flavio Rodrigues Nogueira	PFL	Fernando Alberto De Brito Monteiro	PMDB	Warton Francisco Neiva De Moura Santos	PDT	Flavio Rodrigues Nogueira Junior
PMDB	Francisca Das Chagas Da Trindade	PT	Flora Izabel Rodrigues Cardoso	PDT	Flavio Rodrigues Nogueira	PMDB	Juliana De Melo Falcão	PT	Flora Izabel Nobre Rodrigues
PFL	Francisco Donato Linhares De Araujo Filho	PMDB	Francisco Donato Linhares De Araujo Filho	PT	Flora Izabel Rodrigues Cardoso	PMDB	Ana Paula Mendes Araújo	PT	Francisco Das Chagas Limma
PFL	Gerardo Juraci Campelo Leite	PFL	Gerardo Juraci Campelo Leite	PT	Francisco De Assis Carvalho Gonçalves	PMDB	Kleber Dantas Eulalio	PSD	Georgiano Fernandes Lima Neto
PFL	Gustavo Conde Medeiros	PL	Guilherm e Xavier De Oliveira Neto	PFL	Gerardo Juraci Campelo Leite	PP	Margarete De Castro Coelho	PRB	Gessivaldo Isaias De Carvalho Silva
PMDB	Homero Ferreira Castelo Branco Neto	PFL	Gustavo Conde Medeiros	PL	Guilherme Xavier De Oliveira Neto	PPS	Antonio Francisco Felix De Andrade	PSB	Gustavo Sousa De Neiva

PMDB	Joao Henrique Ferreira Alencar Pires Rebelo	PTB	Helio Isaias Da Silva	PTB	Helio Isaias Da Silva	PSB	Gustavo Sousa De Neiva	PTB	Hélio Isaiás Da Silva
PSDB	Jose Ribamar Pereira	PFL	Homero Ferreira Castelo Branco Neto	PSB	Ismar Aguiar Marques	PSB	Ismar Aguiar Marques	PTB	Janaína Pinto Marques
PPB	Jose Roncalli Costa Paulo	PMDB	Joao Henrique Ferreira De Alencar Pires Rebelo	PT	João De Deus Sousa	PSB	Wilson Nunes Brandão	PMDB	João Madison Nogueira
PMDB	Judas Tadeu De Andrade Maia	PPB	Jose Icemar Lavor Neri	PMDB	João Henrique Ferreira De Alencar Pires Rebelo	PSB	Lilian De Almeida Veloso Nunes Martins	PTC	José Helio De Carvalho Oliveira
PPB	Kleber Dantas Eulalio	PSDB	Jose Roncalli Costa Paulo	PMDB	João Mádison Nogueira	PSB	Tazmânia Gomes De Medeiros Oliveira	PTB	José Icemar Lavor Neri
PDT	Marcelo Do Egito Coelho	PT	João De Deus Sousa	PTB	Jose Icemar Lavor Neri	PSDB	Luciano Nunes Santos Filho	PSD	José Pessoa Leal

PMDB	Margarida Maria Melo Bona	PPB	Judas Tadeu De Andrade Maia	PDT	Jose Pinto De Mesquita	PSDB	Firmino Da Silveira Soares Filho	PMDB	José Ribamar Noletto De Santana
PSB	Mauro Expedito Reis De Freitas Tapety	PMDB	Kleber Dantas Eulalio	PSDB	Jose Roncalli Costa Paulo	PSDB	Marden Luis Brito Cavalcant e E Meneses	PMDB	Juliana Melo Falcao Moraes Souza
PFL	Olavo Rebelo De Carvalho Filho	PSDB	Luciano Nunes Santos Filho	PMDB	Kleber Dantas Eulalio	PT	Rejane Ribeiro Sousa Dias	PP	Julio Ferraz Arcoverde
PSDB	Paulo Henrique Paes Landim	PPB	Marcelo Do Egito Coelho	PSB	Lilian De Almeida Veloso Nunes Martins	PT	Paulo Cezar De Sousa Martins	PSDB	Luciano Nunes Santos Filho
PFL	Pompilio Evaristo Cardoso	PFL	Maria Jose Ribeiro De Carvalho	PSDB	Luciano Nunes Santos Filho	PT	Fabio Nunez Novo	PTB	Lusieux Feitosa Coelho
PFL	Robert De Almendra Freitas	PMDB	Mauro Expedito Reis De Freitas Tapety	PSDB	Marden Luis Brito Cavalcante E Meneses	PT	Joao Henrique Ferreira De Alencar Pires Rebelo	PSDB	Marden Luis Brito Cavalcante E Meneses
PMDB	Sebastiao Rocha Leal Junior	PFL	Paulo Henrique Paes Landim	PMDB	Mauro Expedito Reis De Freitas Tapety	PT	Merlong Solano Nogueira	PMDB	Pablo Dantas De Moura Santos

PMDB	Silas Freire Pereira E Silva	PFL	Sebastião Rocha Leal Junior	PT	Olavo Rebelo De Carvalho Filho	PTB	Hélio Isaias Da Silva	PDT	Robert Rios Magalhaes
PMDB	Themistocles De Sampaio Pereira Filho	PMDB	Themistocles De Sampaio Pereira Filho	PC do B	Robert Rios Magalhães	PTB	José Icemar Lavôr Neri	PSB	Rubem Nunes Martins
PFL	Warton Francisco Neiva De Moura Santos	PMDB	Warton Francisco Neiva De Moura Santos	PMDB	Themistocles De Sampaio Pereira Filho	PTB	Lusieux Feitosa Coelho	PMDB	Severo Maria Eulalio Neto
PSDB	Wilson Nunes Brandao	PFL	Wilson Nunes Brandão	PMDB	Warton Francisco Neiva De Moura Santos	PTB	Fernando Alberto De Brito Monteiro	PMDB	Themístocles Sampaio Pereira Filho
PSDB	Wilson Nunes Martins	PSDB	Wilson Nunes Martins	PFL	Wilson Nunes Brandão	PTC	Evaldo Gomes Da Silva	PSB	Wilson Nunes Brandao

Fonte: TRE/PI.